

20/08/2019

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Quem mandou...](#)

[Future-se atrairá 1/4 das federais, prevê Weintraub](#)

O GLOBO - RJ

[Critérios meritórios](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Gestão compartilhada leva à queda de secretário](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Contra fake news, sociedade tem que ser alfabetizada para a mídia, diz pesquisador](#)

[Receita corre risco de ficar sem dinheiro para emitir CPF e pagar restituição do IR](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Distante da boa educação](#)

[MEC quer que as particulares possam revalidar diplomas](#)

[UFRJ teme que MEC nivele setor 'por baixo'](#)

O GLOBO - RJ

[Tabata: 'O que me resta é esperar a análise do partido'](#)

[Estudantes do Cefet barram entrada de novo diretor](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Ideologia atrapalha MEC, dizem deputados](#)

[Dilema fiscal e alternativas](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - AL

[Reitores criticam plano do MEC para redistribuir orçamento universitário por mérito](#)

[Future-se atrairá 1/4 das federais, prevê Weintraub](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Reitores criticam plano do MEC para redistribuir orçamento universitário por mérito](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Justiça determina suspensão de cursos até regularização no MEC](#)

FOLHA - GO

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

FOLHA PA

[Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro](#)

G1

[Possível corte de bolsas do CNPq ameaça pesquisa da UFMG de combate ao vírus da dengue](#)

GAZETA DO POVO - PR

[Superkit que identifica múltiplas causas de infecções deve ser lançado até 2021](#)

GAZETA WEB

[Possível corte de bolsas ameaça pesquisa da UFMG sobre dengue](#)

GP1

[UFPI comunica bloqueios de bolsas de pós-graduação do CNPq](#)

JORNAL DA NOTÍCIA

[Justiça Federal suspende cursos em instituições do Araguaia e bloqueia R\\$ 2 milhões de bens](#)

JORNAL DO OESTE

CLIPPING



[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

TERRA

[Weintraub espera adesão de 1/4 das universidades federais ao Future-se](#)

Imprensa Estadual

A GAZETA - ES

[MEC terá novos critérios para distribuir recursos para federais](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Quem mandou...](#)

JORNAL PEQUENO - MA

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

O DIA - PI

[Ufpi anuncia bloqueio de bolsas do CNPq](#)

O LIBERAL - PA

[Quem mandou...](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Doze estudantes baianos conquistas medalhas em Olimpíada Nacional de História](#)

CORREIO POPULAR – SP

[UFRJ teme que MEC nivele setor por baixo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MEC estuda redistribuição de recursos para federais](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[Governo nomeia 200 professores](#)

O DIA - PI

[Bancada federal piauiense discute destinação de emendas para UFPI](#)

O TEMPO - MG

[Plano do MEC sobre recursos gera dúvida](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Ganha força tese de que o objetivo do governo é juntar o CNPq à Capes](#)

JORNAL DIA A DIA

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Coordenadores debatem fichas de avaliação](#)

[Presidente da CAPES mostra panorama da pós-graduação](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades](#)

G1

[Future-se vai permitir revalidação do diploma de medicina na rede privada, diz](#)

[secretário do MEC](#)

METRÓPOLES

[Gestão compartilhada começa hoje em mais 5 escolas. Gisno fica fora](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC analisa novo modelo de distribuição de recursos para universidades](#)

[UFRJ teme que MEC nivele setor 'por baixo'](#)

PORTAL VEJA

[MEC avalia utilizar desempenho para definir verbas a universidades](#)

R7

[UFRJ teme que MEC nivele setor por baixo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Futuro exige homem multidisciplinar para driblar automatismo do algoritmo](#)

[UFRJ teme que MEC nivele setor por baixo](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

G1

[Justiça federal suspende aulas e novas matrículas em seis faculdades privadas de MT](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Em defesa da Finep - meio século de apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais](#)

METRO-DF

[MEC terá novos critérios para escolher pesquisas que ganharão bolsa](#)

METRÓPOLES

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

O DIA - PI

[UFPI anuncia bloqueio de bolsas CNPq da pós-graduação](#)

PLANTÃO NEWS

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

POLÊMICA PARAÍBA-PB

[MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais](#)

PORTAL MÍDIA URBANA

[Governo Federal mudará critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado](#)

PRIMEIRA HORA

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

G1

[Cortes de despesas na UFU são avaliados por professora e aluno que projetam reflexos negativos](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Quem mandou...

Em 11 dias, o CNPq não terá mais dinheiro para pagar seus bolsistas. Na cúpula do Ministério de Ciência e Tecnologia, acredita-se que a intenção do governo é sufocar o CNPq para juntá-lo à **Capex**, vinculada à Educação.

» ...cortar? Marcos Pontes já começou a admitir que não sabe se o dinheiro chegará para pagar as bolsas. Em reunião com representantes de ciência e tecnologia, disse repetidas vezes que está “cansado de levar bolada nas costas”.

» Help! Um abaixo-assinado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em defesa do CNPq atingiu mais de 270 mil assinaturas em seis dias.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Future-se atrairá 1/4 das federais, prevê Weintraub

Ensino superior. Weintraub atribui rejeição ao programa de atração de recursos privados a ‘pessoal militante politicamente’: ‘uma parte dos reitores tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas’. Presidente da Capex diz que instituições ‘vão ceder

BRASÍLIA

Uma das grandes apostas do governo Jair Bolsonaro na área da educação, o programa Future-se deve atrair inicialmente um quarto das 68 universidades federais. A projeção é do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Uma das grandes apostas do governo Jair Bolsonaro na área da Educação, o Future-se deve atrair inicialmente um quarto das 68 universidades federais do País. A projeção foi feita ao Estado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Segundo ele, a rejeição ao programa, manifestada recentemente por alguns reitores do País, vem do “pessoal militante politicamente”, que são aqueles que “gritam e falam mais”.

“Uma parte dos reitores veio do passado e tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas. Mas tem uma parte que não é”, disse Weintraub. “Esperamos adesão ao Futurese, em um primeiro momento, de um quarto dos reitores”, afirmou o ministro.

Ele não revelou quais instituições já sinalizaram ao Ministério da Educação (MEC) que apoiarão a iniciativa. Se a previsão se concretizar à risca, ao todo 17 universidades vão aderir à iniciativa de incentivar a chegada de recursos privados às universidades públicas. Weintraub chegou a classificar o programa como a “libertação das universidades federais”.

Algumas instituições, no entanto, já indicaram que não concordam com a proposta tal como ela foi apresentada. Entre elas estão as federais do Rio (UFRJ), do Ceará (UFC), de Roraima (UFRR) e de Minas (UFMG). Elas argumentam que o projeto não é claro, fere a autonomia universitária e representa a submissão das unidades à lógica do mercado, entre outras críticas. Diante da repercussão, o MEC decidiu prorrogar em duas semanas a fase de consulta pública, que se encerraria no dia 15 de agosto. Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, o adiamento foi feito a pedido dos reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, do Oeste do Pará e do presidente do Sebrae. O texto ainda pode sofrer alterações antes de ser enviado ao Congresso Nacional, de acordo com a pasta.

Para a equipe de Weintraub, o Future-se é um caminho para que as universidades públicas tenham mais autonomia financeira. Na apresentação da iniciativa, a pasta afirmou que pretende tornar “mais eficientes práticas já existentes”. A adesão ao programa não é obrigatória.

A ideia é levantar cerca de R\$ 100 bilhões para Educação com iniciativas como venda de imóveis

Beneficiados “Os primeiros a aderir serão os primeiros beneficiados”, disse ontem o secretário do MEC Arnaldo Lima Junior, sobre o Futurese. Para ele, o programa é um “plano para o futuro”.

e lotes ociosos do MEC, remanejamento de recursos de fundos constitucionais e da Cultura (como os da Lei Rouanet) e o uso de organizações sociais. As chamadas OSs são organizações privadas sem fins lucrativos que já funcionam no Brasil em áreas como pesquisa, saúde e cultura. De acordo com a proposta do Future-se, elas fariam gerenciamento de recursos das universidades federais e participariam da administração

de algumas atividades, fazendo até contratações.

Capex. Ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, acredita que a resistência inicial das universidades ao Future-se se dissipará. “Elas vão acabar cedendo e entendendo que o programa será muito relevante”, avalia.

Para ele, uma das linhas mais importantes da proposta é a internacionalização e a inovação. “É engraçado: olhamos para Harvard, MIT, Caltech, Stanford e falamos que isso, sim, é uma universidade”, afirmou, listando instituições americanas que são referência em pesquisa. “Quando voltamos, não queremos o modelo. Mas queremos ser globais. Bem, será que eles estão imitando o nosso modelo? Lá, o modelo é muito semelhante ao das OSS”, disse.

Segundo Correia, há no Brasil quem já se vale desse modelo, caso do Sirius, maior projeto de ciência do País, responsável por desenvolver um acelerador de partículas. A iniciativa tem suporte de organização social.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Critérios meritórios

MEC planeja mudar distribuição de verbas a federais; reitores reagem

O Ministério da Educação (MEC) confirmou ontem que pretende "aperfeiçoar a matriz orçamentária das universidades federais", reduzindo a distribuição de recursos por critérios quantitativos (como o número de alunos e de campi) e dando mais destaque a "critérios meritórios", como o desempenho acadêmico, gerencial e econômico.

Reitores das federais reagiram com preocupação à notícia—divulgada inicialmente pelo jornal "O Estado de S. Paulo" —, afirmando que a medida poderia quebrar algumas instituições e criticando o MEC por não dialogar com as universidades antes de divulgar o plano.

Da forma como o orçamento é distribuído atualmente, universidades de maior porte e com maior número de alunos, como a UFRJ e a UFF, recebem aporte maior sem que necessariamente tenham um desempenho melhor nesses quesitos.

— Uma redistribuição é ruim para a UFRJ, mas, se é a nova lógica do governo, teremos que atender e lutar para que a redução não seja grande — afirmou Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ, a maior federal do país. —A impressão que eu tenho é que, no fundo, podemos acabar diminuindo recursos de todo mundo. E isso é muito ruim.

Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ex-presidente da Andifes, a associação nacional dos reitores das federais, Renato Centoducatte afirmou que o sistema de partição de recursos não pode ser "autofágico".

— Se eles querem encolher as universidades, que falem explicitamente. Vamos transformar uma universidade de 50 mil alunos em uma de 10 mil? O que fazemos com 40 mil alunos? Há um custo unitário que as universidades precisam receber, que são os recursos suficientes para pagar os serviços básicos para elas funcionarem.

RANKING DO TCU

Centoducatte afirmou que uma proposta viável deveria contemplar o valor mínimo de custeio de cada universidade e, como forma de incentivo, distribuir uma verba adicional por critérios qualitativos.

—A conjuntura em que vivemos é de escassez. Suponha que uma universidade perca 20,40,50% do seu orçamento de custeio com essa medida. O que você vai fazer? Quebrar a universidade? É muita falácia, muitas divulgações que se passam por verdade absoluta sem conhecimento de causa.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, que participou ontem de um debate no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em São Paulo, o modelo de matriz orçamentária atual é "90% baseado no tamanho da instituição em 10% em eficiência".

—A gente quer aumentar esses 10% ao longo dos anos, mas isso vamos discutir com os reitores em um amplo debate antes de fazer qualquer alteração.

Para orientar e definir a reorganização orçamentária, o secretário cita um ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) em que é medida, por exemplo, a capacidade que a universidade tem de produzir valor. Na última avaliação, 86% das universidades federais de ensino superior tiveram nota inferior a 50% nesse quesito.

— A gente vai avaliar desempenho: quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições de ensino. É uma diretriz a longo prazo para que as instituições se adaptem a esse índice. É a forma de a gente exercer a nossa autonomia. E essa autonomia significa prestar contas à sociedade, que paga muitos impostos —disse Lima Junior.

Denise Pires de Carvalho, que participou do evento com o secretário do MEC, reconheceu que a UFRJ "está muito mal no relatório do TCU":

— É óbvio que a UFRJ fez alguma besteira no relatório e eu preciso descobrir o que foi. Somos uma instituição excelente, mas informal. A gente precisa ser excelente e um pouco mais profissional. Pretendemos fazer uma autocrítica e ajustar a gestão financeira da UFRJ, mas espero que o MEC não crie uma crise acadêmica.

Regras para bolsas da **Capes** também devem mudar

> O Ministério da Educação planeja mudar também o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado, priorizando áreas como as de saúde e engenharia, em detrimento dos cursos de Humanas, área que vem sendo tratada como menos prioritária pelo governo.

> Segundo afirmou o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, ao "Estado de S. Paulo", o novo sistema levará em conta as áreas consideradas prioritárias pelo MEC. as notas dos cursos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão.

> As bolsas de doutorado deverão ter preferência em relação às de mestrado. Procurada

pelo GLOBO. a **Capes** afirmou que "as possíveis mudanças nos critérios de concessão de bolsas de mestrado e doutorado estão em estudo e, no momento oportuno, serão apresentadas:

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Gestão compartilhada leva à queda de secretário

Para Rafael Parente, exonerado na noite de ontem pelo governador Ibaneis Rocha, o chefe do Executivo "foi longe demais" ao não considerar a escolha de colégios que optaram por não ficar com o modelo de administração dividida com a PM Educação

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), exonerou, ontem, o segundo secretário de governo desde que assumiu a gestão. À frente da pasta de Educação, Rafael Parente anunciou, por meio de uma rede social, a saída do cargo. Então titular da Secretaria de Trabalho, João Pedro Ferraz — candidato ao Senado nas últimas eleições — assumirá a vaga recém-aberta. Até o fechamento desta edição, o governo distrital não havia anunciado quem entraria no lugar do advogado.

Ao Correio, Parente afirmou que a resolução havia sido anunciada à Casa Civil e que a decisão decorreu da polêmica relativa à militarização das escolas públicas do DF. No sábado, a comunidade, a equipe administrativa e os professores de cinco instituições de ensino participaram de uma votação. Os grupos foram questionados se aprovavam a adoção de um modelo de gestão compartilhado com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF). Dos cinco colégios consultados, dois se manifestaram contrariamente à mudança.

No domingo, o governador Ibaneis afirmou que, apesar do resultado, levaria o modelo para as escolas que votaram contra ele. Para Rafael Parente, a atitude do chefe do Executivo foi "longe demais". "Eu havia avisado, por meio do secretário da Casa Civil (Valdetário Andrade Monteiro), que, se não houvesse retorno, se não ouvissem a comunidade, como haviam prometido, eu abriria mão de meu cargo", destacou. Ele acrescentou que soube da exoneração por meio de um jornalista. "O secretário me pediu para aguardar, porque o governador me ligaria, mas ele (Ibaneis) decidiu falar isso (sem avisar)."

Parente é doutor em educação pela Universidade de Nova York e ex-subsecretário de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, durante a gestão de Eduardo Paes (DEM). No cargo desde o início da gestão de Ibaneis Rocha, Rafael agradeceu o "carinho dos professores" e disse ter feito o melhor que pôde no período em que ocupou a função.

No Twitter, ele agradeceu ao governador pela oportunidade e pelo "favor" em exonerá-lo, além de afirmar que não voltaria atrás. "Minha integridade, meus valores, a certeza de que temos de defender a democracia são o princípio mais valioso do mundo. Eu me entreguei como nunca havia me entregado. Com certeza, continuarei trabalhando muito pela educação do Brasil e do Distrito Federal e por nossa democracia, para que consigamos respeitar e valorizar mais nossas diferenças", ressaltou, em entrevista ao Correio.

Sob a nova gestão de João Pedro Ferraz, a pasta da Educação do DF ganhará uma subsecretaria para cuidar apenas das escolas de gestão compartilhada. No entanto, não

foram divulgados nomes de quem assumirá o departamento. Até o fechamento desta edição, a reportagem não conseguiu contato com o governador Ibaneis Rocha. (Colaborou Ana Viriato)

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Contra fake news, sociedade tem que ser alfabetizada para a mídia, diz pesquisador

Políticos se beneficiam com falta de preparo para lidar com informações, diz especialista em educação midiática

São Paulo

Discursos de ódio, boatos, fake news, golpes, corrupção, julgamentos equivocados, fraudes e manipulação em processos eleitorais. Esses são alguns dos prejuízos enfrentados por países em que a população não está preparada para se relacionar com a mídia de forma crítica. Dessa incapacidade beneficiam-se políticos, e os governos pouco investem em políticas nacionais para alfabetizar a população para a tecnologia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/contra-fake-news-sociedade-tem-que-ser-alfabetizada-para-a-midia-diz-pesquisador.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Receita corre risco de ficar sem dinheiro para emitir CPF e pagar restituição do IR

Liberações de bolsas de estudo —o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) anunciou a suspensão de 4.500 bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que seriam distribuídas às universidades— e atividades da Polícia Federal já estão prejudicadas pelo estrangulamento nas contas públicas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48855&anchor=6126836&pd=ea86f3fde0e5cec9e3105da7c9e8ea35>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Distante da boa educação

É um truísmo dizer que a rede digital é uma ferramenta poderosa para ampliar e aprofundar a educação. Basta pensar no volume de dados que em uma geração se tornaram acessíveis a todos pela internet ou então nas possibilidades de interação a distância, especialmente em um país com as dimensões do Brasil, para quem está no interior ou tem poucos recursos para frequentar uma instituição de qualidade. É um ponto pacífico na fortuna crítica educacional, contudo, que, se o ensino a distância é um valioso complemento ao ensino presencial, jamais será um substituto. Não à toa a Lei de Diretrizes da Educação estabelece que “a formação inicial de profissionais do magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância”. Ocorre que, na prática, tem havido o inverso: o ensino a distância vem se tornando o modelo principal, e o presencial, subsidiário, e, pior, de modo desproporcionalmente intenso justamente nos cursos de formação de professores. É o que revela um estudo do Todos pela Educação.

Nos últimos anos o número de ingressantes nos cursos de formação inicial de

professores tem aumentado consideravelmente, sobretudo em razão dos cursos a distância oferecidos pela rede privada. Entre 2010 e 2017, as matrículas em

cursos voltados à docência aumentaram 44%. Considerando-se apenas a rede privada, esse aumento foi de 162%. Das graduações voltadas à docência na rede privada, 29% eram a distância em 2010. Em 2017 chegaram a 53%. Nas redes privadas e públicas tomadas em conjunto, essa variação foi de 34% para 61%. Já para todos os demais cursos, a variação foi de 13% para 27%. Em outras palavras, pouco menos de um terço da formação superior no Brasil é feito a distância, mas quase dois terços da formação de professores são a distância. Essa magnitude não tem paralelo nem entre os países mais desenvolvidos nem entre os países em desenvolvimento com bons índices educacionais.

A profissão docente é essencialmente prática. Segundo o Todos pela Educação, com base em sólidas evidências, um curso de formação de professores deve se articular em três tipos de conhecimentos: (i) sobre os alunos e como se desenvolvem em diferentes contextos; (ii) sobre o que deve ser ensinado; e (iii) sobre como ensinar. Cursos centrados em aulas expositivas, como o são inevitavelmente nas modalidades a distância, na melhor das hipóteses podem comunicar o conteúdo a ser ensinado, mas não desenvolvem o elemento central: o ato de ensinar.

Por essa razão, nos sistemas nacionais com alto desempenho no Pisa, o mais reputado índice global de educação, a formação dos professores é feita em grande articulação com as escolas, tendo as vivências práticas como elemento central. O êxito dessa formação depende da colaboração entre os futuros professores, assim como de experiências formativas em sala de aula. Por isso, é importante que ela seja prioritariamente presencial.

Corroborando essa constatação, o Todos pela Educação agrega dados que comprovam o pior desempenho de alunos dos cursos de ensino a distância. O percentual de alunos com notas brutas inferiores a 50 no Enade é de 75% para alunos de cursos a distância. Para os cursos presenciais, é de 65%. A chance de um aluno de Pedagogia a distância estar no grupo das melhores notas do Enade é de 21%. Para um aluno presencial, é de 30%. Em todos os demais indicadores, os cursos a distância têm desempenho pior, mesmo considerando alunos de perfis socioeconômicos semelhantes.

Por isso o Todos pela Educação afirma, com base em evidências irrefutáveis, que “o caminho que está sendo seguido pelo Brasil vai na contramão do que se percebe nos sistemas educacionais mais avançados, onde a formação prática é o elemento central da formação inicial de professores”. Assim, a proliferação do ensino a distância deve respeitar critérios qualitativos e ser contrabalançada pelo fomento aos cursos presenciais. Somente dessa maneira esse modelo educacional se justificará.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC quer que as particulares possam revalidar diplomas

O MEC quer alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para que o reconhecimento de diplomas estrangeiros possa ser feito também por universidades particulares. Hoje só as públicas federais, com curso de mesmo nível e área equivalente, têm competência legal. Segundo Arnaldo Lima, secretário de Educação Superior, essa análise é "devagar e complexa" e se aproveitou a "janela de oportunidades" criada pela proposta do Future-se.

"É a complementaridade entre o setor público e privado para que a gente possa trazer professores visitantes internacionais e, para isso, a gente precisa que os diplomas sejam revalidados. É um absurdo que se autorize uma faculdade a conceder diplomas e formar alunos, mas não possa revalidar um diploma. É discussão do século 18", disse Lima ontem, durante o 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

UFRJ teme que MEC nivele setor 'por baixo'

Reitora vê riscos em novos critérios para distribuir verba a federais; secretário defende

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) questionou ontem possíveis mudanças nos critérios de distribuição de recursos para universidades federais. "Preocupa que, querendo igualdade, a gente acabe nivelando por baixo", disse Denise Pires de Carvalho, durante evento em São Paulo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima Junior. Como o Estado revelou, o Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as federais. A ideia é dar mais dinheiro a quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade.

Segundo Lima Junior, o gasto por aluno é de R\$ 75 mil na Federal de São Paulo (Unifesp) e na UFRJ – ante R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. "Temos 1,2 mil laboratórios, mais de 30% de cursos (com notas) 6 e 7. Ele quer que o Nordeste chegue (ao gasto da UFRJ)? (Se for isso), estamos de acordo. Se ele quer que a UFRJ diminua, aí não vamos poder ter o mesmo número de laboratórios nem de programas." Um dos critérios que o MEC estuda adotar para o desbloqueio de recursos é o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), que Lima Junior classificou como "bastante robusto".

Segundo ele, 86% das universidades têm índices inferiores a 5 nesse levantamento (de 0 a 10). A UFRJ alcançou as piores posições. "Quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições. (Isso vai ser feito) daqui para frente", disse o secretário. Segundo Lima Junior, o que se pretende é "criar uma cultura do suor, de não se vitimizar" e premiar quem obteve melhores resultados. "Eu me assustei um pouco com o que foi noticiado. Conheço a empregabilidade dos egressos, somos a primeira em inovação, mas não conheço o relatório do TCU", disse Denise, que assumiu a reitoria em julho.

Ela também levantou dúvidas sobre o que poderá ser considerado empregabilidade. Procurado, o secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, disse que ainda não sabe oficialmente qual é a proposta e que haverá uma reunião com o secretário do MEC na quinta-feira. / GIOVANA GIRARDI, ISABELA PALHARES e JÚLIA MARQUES

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Tabata: 'O que me resta é esperar a análise do partido'

Ameaçada de expulsão, deputada diz que aguarda posicionamento do PDT para poder 'agir'; parlamentar é cortejada pelo DEM

Ameaçada de ser expulsa do PDT por contrariar a orientação do partido e votar favoravelmente à reforma da Previdência, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) afirmou ontem que vai esperar a decisão do partido para “agir”. Ela nega que esteja conversando com outras legendas, embora venha recebendo cortejos públicos de vários líderes:

— O que me resta agora é esperar a análise do partido, já apresentei minha defesa, e aí poder agir. Mas eu não estou conversando com outros partidos. Continuo minha atuação na Comissão de Educação, na Comissão Externa de Acompanhamento do MEC e aí, quando eles decidirem se posicionar, eu me posiciono também.

Questionada especificamente sobre a possibilidade de se filiar ao DEM, após elogios de parlamentares da sigla, Tabata afirmou que ainda não recebeu nenhum convite, mas que pertence ao campo progressista.

— Fico feliz cada vez que alguém se posiciona em relação ao meu trabalho (...) Agora, acho que vale dizer que não recebi convite de nenhum partido, não sentei para conversar. Soa até engraçado, mas ainda não fui expulsa do PDT, essa decisão não cabe a mim. Eu sou uma pessoa que tem a pauta do social como prioritária, que está lutando pela educação e que se encontra no campo progressista. Mas para saber para aonde vou, tem que ser expulsa primeiro — disse.

As declarações foram feitas em debate no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em São Paulo, ao fim de um painel que contou também com a participação dos deputados Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) e Caroline de Toni (PSL-SC). Eles são integrantes da Comissão de Educação da Câmara, presidida por Cunha Lima Enquanto Caroline de Toni defendeu a pauta bolsonarista para a educação, que inclui o projeto Escola sem Partido contra uma suposta doutrinação em sala de aula e a liberação da educação domiciliar, Cunha Lima e Tabata manifestaram preocupação com outras questões, como renovação do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Professores (Fundeb) e a falta de creches no país. O deputado avisou que o Congresso reagirá contra pautas ideológicas na área: — Quando for puxar para o lado ideológico o Congresso vai reagir.

A deputada Caroline de Toni, por sua vez, defendeu que as famílias devem decidir quando abordar assuntos como sexualidade, dizendo que isso vem ocorrendo precocemente nas escolas, em desrespeito aos valores familiares. Ela também afirmou que os livros da área de humanas usados nas escolas têm conteúdo em defesa do “socialismo”, sem apresentar evidências ou números que embasassem as declarações ao ser questionada. Segundo ela, os casos estão documentados em vídeo na internet.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Estudantes do Cefet barram entrada de novo diretor

Ministério nomeou interino para lugar do candidato eleito, alegando que o pleito está "sob análise"; alunos apontam intervenção

Estudantes e professores do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio fizeram um protesto ontem na instituição, barrando a entrada do novo diretor-geral, Maurício Aires Vieira, indicado pelo Ministério da Educação (MEC) para assumir o cargo de forma interina. A comunidade acadêmica questiona a nomeação, já que outro nome havia sido eleito para o posto —Maurício Saldanha Motta, que era vice-diretor do Cefet.

Cerca de 200 alunos bloquearam as áreas de direção do Cefet, e Vieira não conseguiu chegar à sua sala, deixando em seguida a instituição. Os estudantes permaneceram no local em protesto.

O MEC alega que o diretor-geral foi nomeado interinamente enquanto a eleição está "sob análise", sem, no entanto, detalhar o processo. Em nota, a pasta informou que "até que seja concluída (a análise), foi designado o diretor-geral pro tempore, para que seja dada continuidade às atividades administrativas da instituição".

Indagado sobre o que teria impedido a posse do candidato eleito pela comunidade acadêmica e sobre os motivos da análise do pleito, o MEC não respondeu à reportagem.

Estudantes e professores do Cefet, por outro lado, veem na nomeação de Vieira uma intervenção do ministro da Educação, Abraham Weintraub, na instituição.

— Houve uma eleição, e Maurício (Saldanha Motta) foi eleito, mas não era do agrado do atual governo. Então, eles nomearam outra pessoa, que não é do Cefet, numa postura totalmente interventora— diz Lis Helena Aschermann Keuchegerian, professora de Filosofia do Cefet. — Nós estávamos lá para protestar, e os estudantes barraram a entrada do interino.

DIREÇÃO VAGA

Em nota, o Cefet informou "que a eleição ocorreu de forma democrática, tramitando normalmente pela Procuradoria Jurídica do Cefet/RJ, pelo Conselho Diretor, pela Comissão Eleitoral e pela própria Consultoria Jurídica do MEC". No comunicado, os diretores da instituição disseram ainda que "foi uma surpresa a nomeação de um diretor-geral pro tempore".

A direção-geral do Cefet estava vaga desde julho, quando terminou o mandato de Carlos Henrique Figueiredo Alves. Motta já havia sido eleito, mas ainda não referendado por Weintraub. Segundo a assessoria de imprensa do Cefet, o MEC assegurou que sua posse estaria garantida. No entanto, um processo de recurso contra as eleições ocorreu dentro do ministério sem que ele tivesse acesso. Desta forma, foi escolhido o nome de Vieira, que era assessor da secretaria-executiva do MEC.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Ideologia atrapalha MEC, dizem deputados

A pauta excessivamente ideológica tem atrapalhado o debate de políticas públicas no Ministério da Educação (MEC), defenderam ontem os deputados federais Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) e Tabata Amaral (PDT-SP).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6397651/ideologia-atrapalha-mec-dizem-deputados>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Dilema fiscal e alternativas

No final de julho, o governo federal publicou o relatório de avaliação de receitas e despesas, referente ao terceiro bimestre de 2019.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6397491/dilema-fiscal-e-alternativas>

topo ↕

CORREIO DO POVO - AL - NOTÍCIAS

Reitores criticam plano do MEC para redistribuir orçamento universitário por mérito

Projeto do ministério prevê menos verba por tamanho da universidade e mais por critérios como empregabilidade dos alunos e boa governança

O plano do Ministério da Educação (MEC) para “aperfeiçoar a matriz orçamentária das universidades federais”, reduzindo a distribuição de recursos por critérios quantitativos (como o número de alunos) e dando mais destaque a “critérios meritórios” (como o desempenho acadêmico e gerencial) foi visto com preocupação pela comunidade acadêmica.

Reitores das federais reagiram à notícia — divulgada inicialmente pelo jornal “O Estado de S. Paulo” —, afirmando que a medida poderia quebrar algumas instituições e criticando o MEC por não dialogar com as universidades antes de divulgar o plano.

Da forma como o orçamento é distribuído atualmente, universidades de maior porte e com maior número de alunos, como a UFRJ e a UFF, recebem aporte maior sem que necessariamente tenham um desempenho melhor nesses quesitos.

— Uma redistribuição é ruim para a UFRJ, mas, se é a nova lógica do governo, teremos que atender e lutar para que a redução não seja grande — afirmou Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ, a maior federal do país. — A impressão que eu tenho é que, no fundo, podemos acabar diminuindo recursos de todo mundo. E isso é muito ruim.

Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ex-presidente da Andifes, a associação nacional dos reitores das federais, Renato Centoducatte afirmou que o sistema de partição de recursos não pode ser “autofágico”.

— Se eles querem encolher as universidades, que falem explicitamente. Vamos transformar uma universidade de 50 mil alunos em uma de 10 mil? O que fazemos com 40 mil alunos? Há um custo unitário que as universidades precisam receber, que são os recursos suficientes para pagar os serviços básicos para elas funcionarem.

Centoducatte afirmou que uma proposta viável deveria contemplar o valor mínimo de custeio de cada universidade e, como forma de incentivo, distribuir uma verba adicional por critérios qualitativos.

— A conjuntura em que vivemos é de escassez. Suponha que uma universidade perca 20, 40, 50% do seu orçamento de custeio com essa medida. O que você vai fazer? Quebrar a universidade? É muita falácia, muitas divulgações que se passam por verdade absoluta sem conhecimento de causa.

Asfixia financeira

O professor da Faculdade de Educação da USP Ocimar Alavarse diz que um debate sobre mudanças no repasse de verba e sobre a gestão das instituições federais de ensino

superior é bem-vindo, mas não acredita que a proposta estudada pelo MEC seja uma boa alternativa, principalmente por tratar de despesas "corriqueiras" das instituições.

Ele acrescenta que retirar recursos de uma universidade que não tem bom desempenho em alguns critérios pode, na verdade, dificultar ainda mais que elas avancem.

— É evidente que se pode discutir critérios, pensar debates democráticos sobre isso. Outra coisa é querer condicionar o repasse que existe hoje, e já é insuficiente para as universidades, que é necessário per capita, como para quantidade de alunos, professores. Estaria se retirando recursos das universidades — diz Alavarse. — Submetê-las a um possível corte seria como asfixia-las.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, que participou ontem de um debate no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em São Paulo, o modelo de matriz orçamentária atual é “90% baseado no tamanho da instituição em 10% em eficiência”.

— A gente quer aumentar esses 10% ao longo dos anos, mas isso vamos discutir com os reitores em um amplo debate antes de fazer qualquer alteração.

Para orientar e definir a reorganização orçamentária, o secretário cita um ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) em que é medida, por exemplo, a capacidade que a universidade tem de produzir valor. Na última avaliação, 86% das universidades federais de ensino superior tiveram nota inferior a 50% nesse quesito.

— A gente vai avaliar desempenho: quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições de ensino. É uma diretriz a longo prazo para que as instituições se adaptem a esse índice. É a forma de a gente exercer a nossa autonomia. E essa autonomia significa prestar contas à sociedade, que paga muitos impostos — disse Lima Junior.

Denise Pires de Carvalho, que participou do evento com o secretário do MEC, reconheceu que a UFRJ “está muito mal no relatório do TCU”:

— É óbvio que a UFRJ fez alguma besteira no relatório e eu preciso descobrir o que foi. Somos uma instituição excelente, mas informal. A gente precisa ser excelente e um pouco mais profissional. Pretendemos fazer uma autocrítica e ajustar a gestão financeira da UFRJ, mas espero que o MEC não crie uma crise acadêmica.

Novas regras para bolsas da **Capes**

O Ministério da Educação planeja mudar também o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado, priorizando áreas como as de saúde e engenharia, em detrimento dos cursos de Humanas, área que vem sendo tratada como menos prioritária pelo governo.

Segundo afirmou o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, ao “Estado de S. Paulo”, o novo sistema levará em conta as áreas consideradas prioritárias pelo MEC, as notas dos cursos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão.

As bolsas de doutorado deverão ter preferência em relação às de mestrado porque, segundo a **Capes**, a meta de formação anual na pós-graduação prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) — titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores — já foi superada no caso dos mestrados (65 mil mestres), mas não no doutorado (cerca de 20 mil).

Procurada pelo GLOBO, a **Capes** afirmou que “as possíveis mudanças nos critérios de concessão de bolsas de mestrado e doutorado estão em estudo e, no momento oportuno, serão apresentadas”.

topo ↕

CORREIO DO POVO - AL - NOTÍCIAS

Future-se atrairá 1/4 das federais, prevê Weintraub

Weintraub atribui rejeição ao programa de atração de recursos privados a ‘pessoal militante politicamente’

Uma das grandes apostas do governo Jair Bolsonaro na área da educação, o programa Future-se deve atrair inicialmente um quarto das 68 universidades federais. A projeção é do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Uma das grandes apostas do governo Jair Bolsonaro na área da Educação, o Futurese deve atrair inicialmente um quarto das 68 universidades federais do País. A projeção foi feita ao Estado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Segundo ele, a rejeição ao programa, manifestada recentemente por alguns reitores do País, vem do “pessoal militante politicamente”, que são aqueles que “gritam e falam mais”.

“Uma parte dos reitores veio do passado e tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essa coisas maravilhosas. Mas tem uma parte que não é”, disse Weintraub. “Esperamos adesão ao Futurese, em um primeiro momento, de um quarto dos reitores”, afirmou o ministro.

Ele não revelou quais instituições já sinalizaram ao Ministério da Educação (MEC) que apoiarão a iniciativa. Se a previsão se concretizar à risca, ao todo 17 universidades vão aderir à iniciativa de incentivar a chegada de recursos privados às universidades públicas. Weintraub chegou a classificar o programa como a “libertação das universidades federais”.

Algumas instituições, no entanto, já indicaram que não concordam com a proposta tal como ela foi apresentada. Entre elas estão as federais do Rio (UFRJ), do Ceará (UFC), de Roraima (UFRR) e de Minas (UFMG). Elas argumentam que o projeto não é claro, fere a autonomia universitária e representa a submissão das unidades à lógica do mercado, entre outras críticas. Diante da repercussão, o MEC decidiu prorrogar em duas semanas a fase de consulta pública, que se encerraria no dia 15 de agosto. Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, o adiamento foi feito a pedido dos reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, do Oeste do Pará e do presidente do Sebrae. O texto ainda pode sofrer alterações antes de ser enviado ao Congresso Nacional, de acordo com a pasta.

Para a equipe de Weintraub, o Future-se é um caminho para que as universidades públicas tenham mais autonomia financeira. Na apresentação da iniciativa, a pasta afirmou que pretende tornar “mais eficientes práticas já existentes”. A adesão ao

programa não é obrigatória.

A ideia é levantar cerca de R\$ 100 bilhões para Educação com iniciativas como venda de imóveis

Beneficiados "Os primeiros a aderir serão os primeiros beneficiados", disse ontem o secretário do MEC Arnaldo Lima Junior, sobre o Future-se. Para ele, o programa é um "plano para o futuro".

e lotes ociosos do MEC, remanejamento de recursos de fundos constitucionais e da Cultura (como os da Lei Rouanet) e o uso de organizações sociais. As chamadas OSs são organizações privadas sem fins lucrativos que já funcionam no Brasil em áreas como pesquisa, saúde e cultura. De acordo com a proposta do Future-se, elas fariam gerenciamento de recursos das universidades federais e participariam da administração de algumas atividades, fazendo até contratações.

Capex. Ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, acredita que a resistência inicial das universidades ao Future-se se dissipará. "Elas vão acabar cedendo e entendendo que o programa será muito relevante", avalia.

Para ele, uma das linhas mais importantes da proposta é a internacionalização e a inovação. "É engraçado: olhamos para Harvard, MIT, Caltech, Stanford e falamos que isso, sim, é uma universidade", afirmou, listando instituições americanas que são referência em pesquisa. "Quando voltamos, não queremos o modelo. Mas queremos ser globais. Bem, será que eles estão imitando o nosso modelo? Lá, o modelo é muito semelhante ao das OSs", disse.

Segundo Correia, há no Brasil quem já se vale desse modelo, caso do Sirius, maior projeto de ciência do País, responsável por desenvolver um acelerador de partículas. A iniciativa tem suporte de organização social.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Reitores criticam plano do MEC para redistribuir orçamento universitário por mérito

Projeto do ministério prevê menos verba por tamanho da universidade e mais por critérios como empregabilidade dos alunos e boa governança

RIO E SÃO PAULO — O plano do Ministério da Educação (MEC) para "aperfeiçoar a matriz orçamentária das universidades federais", reduzindo a distribuição de recursos por critérios quantitativos (como o número de alunos) e dando mais destaque a "critérios meritórios" (como o desempenho acadêmico e gerencial) foi visto com preocupação pela comunidade acadêmica.

Reitores das federais reagiram à notícia — divulgada inicialmente pelo jornal "O Estado de S. Paulo" —, afirmando que a medida poderia quebrar algumas instituições e criticando o MEC por não dialogar com as universidades antes de divulgar o plano.

Da forma como o orçamento é distribuído atualmente, universidades de maior porte e com maior número de alunos, como a UFRJ e a UFF, recebem aporte maior sem que

necessariamente tenham um desempenho melhor nesses quesitos.

— Uma redistribuição é ruim para a UFRJ, mas, se é a nova lógica do governo, teremos que atender e lutar para que a redução não seja grande — afirmou Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ, a maior federal do país. — A impressão que eu tenho é que, no fundo, podemos acabar diminuindo recursos de todo mundo. E isso é muito ruim.

Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ex-presidente da Andifes, a associação nacional dos reitores das federais, Renato Centoducatte afirmou que o sistema de partição de recursos não pode ser “autofágico”.

— Se eles querem encolher as universidades, que falem explicitamente. Vamos transformar uma universidade de 50 mil alunos em uma de 10 mil? O que fazemos com 40 mil alunos? Há um custo unitário que as universidades precisam receber, que são os recursos suficientes para pagar os serviços básicos para elas funcionarem.

Centoducatte afirmou que uma proposta viável deveria contemplar o valor mínimo de custeio de cada universidade e, como forma de incentivo, distribuir uma verba adicional por critérios qualitativos.

— A conjuntura em que vivemos é de escassez. Suponha que uma universidade perca 20, 40, 50% do seu orçamento de custeio com essa medida. O que você vai fazer? Quebrar a universidade? É muita falácia, muitas divulgações que se passam por verdade absoluta sem conhecimento de causa.

Asfixia financeira

O professor da Faculdade de Educação da USP Ocimar Alavarse diz que um debate sobre mudanças no repasse de verba e sobre a gestão das instituições federais de ensino superior é bem-vindo, mas não acredita que a proposta estudada pelo MEC seja uma boa alternativa, principalmente por tratar de despesas “corriqueiras” das instituições.

Ele acrescenta que retirar recursos de uma universidade que não tem bom desempenho em alguns critérios pode, na verdade, dificultar ainda mais que elas avancem.

— É evidente que se pode discutir critérios, pensar debates democráticos sobre isso. Outra coisa é querer condicionar o repasse que existe hoje, e já é insuficiente para as universidades, que é necessário per capita, como para quantidade de alunos, professores. Estaria se retirando recursos das universidades — diz Alavarse. — Submetê-las a um possível corte seria como asfixia-las.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, que participou ontem de um debate no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em São Paulo, o modelo de matriz orçamentária atual é “90% baseado no tamanho da instituição em 10% em eficiência”.

— A gente quer aumentar esses 10% ao longo dos anos, mas isso vamos discutir com os reitores em um amplo debate antes de fazer qualquer alteração.

Para orientar e definir a reorganização orçamentária, o secretário cita um ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) em que é medida, por exemplo, a

capacidade que a universidade tem de produzir valor. Na última avaliação, 86% das universidades federais de ensino superior tiveram nota inferior a 50% nesse quesito.

— A gente vai avaliar desempenho: quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições de ensino. É uma diretriz a longo prazo para que as instituições se adaptem a esse índice. É a forma de a gente exercer a nossa autonomia. E essa autonomia significa prestar contas à sociedade, que paga muitos impostos — disse Lima Junior.

Denise Pires de Carvalho, que participou do evento com o secretário do MEC, reconheceu que a UFRJ “está muito mal no relatório do TCU”:

— É óbvio que a UFRJ fez alguma besteira no relatório e eu preciso descobrir o que foi. Somos uma instituição excelente, mas informal. A gente precisa ser excelente e um pouco mais profissional. Pretendemos fazer uma autocrítica e ajustar a gestão financeira da UFRJ, mas espero que o MEC não crie uma crise acadêmica.

Novas regras para bolsas da **Capes**

O Ministério da Educação planeja mudar também o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado, priorizando áreas como as de saúde e engenharia, em detrimento dos cursos de Humanas, área que vem sendo tratada como menos prioritária pelo governo.

Segundo afirmou o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, **Anderson Correia**, ao “Estado de S. Paulo”, o novo sistema levará em conta as áreas consideradas prioritárias pelo MEC, as notas dos cursos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão.

As bolsas de doutorado deverão ter preferência em relação às de mestrado porque, segundo a **Capex**, a meta de formação anual na pós-graduação prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) — titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores — já foi superada no caso dos mestrados (65 mil mestres), mas não no doutorado (cerca de 20 mil).

Procurada pelo GLOBO, a **Capex** afirmou que “as possíveis mudanças nos critérios de concessão de bolsas de mestrado e doutorado estão em estudo e, no momento oportuno, serão apresentadas”.

topo 

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - TEMPO REAL

Justiça determina suspensão de cursos até regularização no MEC

A Justiça Federal concedeu liminar para entidades privadas de ensino superior não ofertem e ministrem cursos até que seja realizado o devido cadastro no Ministério da Educação (Mec). As instituições estão localizadas nos municípios de Confresa e Vila Rica, a 1.080 e 1.320 quilômetros, ao nordeste de Cuiabá respectivamente. A decisão atendeu pedido do Ministério Público Federal (MPF) em Barra do Garças (516 quilômetros da capital).

De acordo com o MPF, as instituições condenadas são Colégio Universal – Centro Educacional Keiliane Spagnol, Colégio Kairos e Uninacional – Centro Educacional Ponto de Mutação Ltda, Colégio Renascer Ltda, IBPOS – Instituto Brasileiro de

Graduação e Pós-Graduação, Ibtcoaching – Instituto Brasileiro de Coaching Treinamento e Cursos, Favap – Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga, Fundação Acácio Martins da Costa, União Educacional Nossa Senhora de Fátima - Unifaculdades, bem como Maria Delma Sá de Alencar, coordenadora e representante da Favap, colégios Universal, Kairos, Renascer e Uninacional.

Conforme informações da assessoria de imprensa do MPF, o inquérito civil aponta que além da ausência de autorização do Mec para oferta de cursos de graduação, a Favap, IBPOS, Ibtcoaching, colégios Universal, Kairos e a Unifaculdades ofereceriam também cursos de mestrado sem a devida autorização. O MPF também frisa que, a Facel, sediada em Curitiba (PR), está cadastrada como Instituição de Ensino Superior (IES) junto ao MEC tanto no formato presencial como formato Ensino à Distância (EAD). Porém, em conformidade com a legislação vigente, a instituição não tem autorização para ofertar cursos de ensino superior nos municípios de Mato Grosso por não possuir nenhum polo ou campus regularmente cadastrado junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

Além disso, apesar de credenciada para ensino presencial, a Favap não possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para oferecimento do curso de mestrado stricto sensu em Mato Grosso e também não possui autorização para ofertar curso na modalidade EAD. “Diante disso, as instituições devem cessar a divulgação de todo e qualquer anúncio publicitário oferecendo curso superior, mestrado e outros cursos não autorizados pelo MEC, bem como suspender as atividades referentes aos cursos, interrompendo inclusive a realização de matrículas e rematrículas nos municípios de Confresa e Vila Rica”, informou o MPF.

A Justiça Federal determinou ainda a indisponibilidade de ativos imóveis e veículos em nome dos representantes das instituições de ensino por meio do Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e do sistema Renajud até o montante de R\$ 2 milhões por réu para o fim de ressarcir os prejuízos causados aos consumidores lesados.

[topo](#)

FOLHA - GO - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje (16) que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A fala do presidente ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou à Agência Brasil que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas que estuda

“alternativas caso se prolongue o referido bloqueio”.

CNPq

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

Denúncia Reclamação Elogio Sugestão Solicitação Simplifique

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Falta de recursos diminuirá expediente de militares, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje (16) que os problemas de orçamento do Executivo Federal são graves e que a ausência de recursos terá como um dos impactos a redução da jornada de militares, que trabalhariam durante “meio expediente”. A fala do presidente ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

“O Brasil todo está sem dinheiro. Os ministros estão apavorados. O Exército vai entrar em meio expediente. Não tem comida para dar para o recruta. A situação é grave”, disse Bolsonaro.

O presidente fez a afirmação respondendo a perguntas sobre o problema de orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presidente da instituição, João Luiz Filgueiras de Azevedo, afirmou em entrevistas que mais de 80 mil bolsas deixariam de ser pagas em setembro por falta de recursos.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou à Agência Brasil que ainda trabalha “com a possibilidade de liberação dos recursos contingenciados”, mas que estuda “alternativas caso se prolongue o referido bloqueio”.

CNPq

Em julho, o CNPq suspendeu a seleção de bolsistas no Brasil e no exterior até o dia 30 de setembro à espera de crédito. Na explicação, o órgão informou que possui um déficit de R\$ 300 milhões no orçamento de 2019 e que buscava um crédito suplementar para sanar o rombo.

Ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou que o problema está “sendo resolvido” e que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria “dado a palavra” de que haveria uma solução para o caso com a garantia de recursos. Contudo, Pontes não detalhou como esse acréscimo se daria.

O CNPq é a principal instituição federal financiadora de pesquisas no país juntamente com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O conselho custeia desde alunos em programas de iniciação científica a projetos de pesquisa de professores e pesquisadores em instituições como universidades e centros de pesquisa.

Bloqueios

O contingenciamento total realizado pelo Executivo Federal somou, até julho, R\$ 33,426 bilhões. No mês passado, o governo anunciou novo bloqueio, no valor de R\$ 1,443 bilhão. A previsão inicial era de R\$ 2,252 bilhões, mas houve o uso de uma reserva no valor de R\$ 809 milhões.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Possível corte de bolsas do CNPq ameaça pesquisa da UFMG de combate ao vírus da dengue

É uma tragédia, diz o professor João Marques, coordenador do estudo na Universidade Federal de Minas Gerais. Falta de repasse pode interromper pesquisa de dez anos.

"Construir leva tempo. Destruir é muito fácil", disse o professor João Trindade Marques, do Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre o possível corte de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em setembro. Dos 14 estudantes do laboratório, oito dependem do benefício.

O CNPq anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa. O Ministério da Ciência e Tecnologia também admitiu que há risco de que as bolsas fiquem sem pagamento em setembro.

O professor João Marques coordena uma pesquisa que estuda a transmissão do vírus da dengue. Ela identificou o gene Loqs2, presente apenas em mosquitos do gênero Aedes. A descoberta pode ajudar a criar mosquitos geneticamente modificados, incapazes de transmitir a doença.

"São dez anos de pesquisa. E as possibilidades são imensas. Chegamos a um estágio

importante, e tudo isso pode acabar no mês que vem. É uma tragédia", relatou o professor. As bolsas dos oito pesquisadores que fazem parte da equipe são de dedicação exclusiva.

"São assalariados. Dedicam 40 horas semanais no laboratório. E não recebem férias ou qualquer outro adicional. É um trabalho. Um trabalho fundamental. Serão oito desempregados", disse Marques.

A pesquisa também é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), que suspendeu parte dos recursos em fevereiro por causa da crise financeira do estado. Houve suspensão de R\$ 2,5 milhões destinados a bolsas de iniciação científica e de cerca de R\$ 13 milhões para projetos liderados por professores em toda a UFMG.

"Ainda não recebemos a verba do mês passado. A situação é crítica", afirmou o professor. A Fapemig informou que os recursos de julho devem ser repassado em breve.

A pesquisa também recebe verbas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, da comunidade europeia e da Agência Francesa de Pesquisa (ANR). Porém, segundo Marques, elas não são capazes de sustentar o trabalho.

"Não são suficientes para manter o laboratório e não têm bolsas vinculadas", destacou.

Suspensão

Sem resposta do governo federal sobre a garantia de abertura de crédito suplementar para cobrir o déficit do orçamento de 2019, o CNPq anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

A recomposição, segundo informou o órgão ao G1, se refere ao crédito suplementar de R\$ 330 milhões. Quem abre o crédito é o Ministério da Economia, mas, de acordo com o conselho, até a tarde desta quinta a pasta não havia dado garantias de que liberaria o reforço orçamentário.

Ao G1, o Ministério da Economia afirmou que o pedido de crédito suplementar para o CNPq, feito em 1º de março e referendado em votação no Congresso Nacional em 11 de junho, ainda "permanece em análise na JEO [a Junta de Execução Orçamentária], sem prazo para decidir sobre o pleito."

Esse recurso é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas.

No dia 16 de agosto, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes afirmou que há risco de que as bolsas do CNPq fiquem sem pagamento em setembro. Segundo ele, a liberação de recursos está na "mão da Economia e também da Casa Civil".

"Nós estamos sendo informados diretamente pelo conselho deliberativo do CNPq que a situação é gravíssima. Eu nunca imaginei que não teríamos recurso. Agora as piores expectativas estão perto de se concretizar", disse o professor João Marques.

Dengue

O número de mortes por dengue triplicou no Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde, foram registrados 414 óbitos nos primeiros seis meses de 2019. No mesmo período do ano passado, foram 129.

O boletim da Secretaria de Vigilância em Saúde, que considera os casos entre 30 de dezembro e 22 de junho, aponta que o país teve, apenas neste ano, 1.234.527 de casos prováveis, ou seja, mais de um milhão de casos de dengue ainda não confirmados em laboratório. Neste mesmo período do ano passado eram pouco mais de 180 mil casos, o número é sete vezes maior.

Até agora, o estado mais afetado pela doença foi o Minas Gerais, com quase dois mil casos a cada 100 mil habitantes.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Superkit que identifica múltiplas causas de infecções deve ser lançado até 2021 Alternativa é indicada para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento

Em dois anos, pelas mãos de pesquisadores brasileiros laboratórios privados e hospitais públicos podem ganhar ‘kits’ únicos para identificação rápida das causas de infecção, revelando patógenos como vírus, bactérias e fungos. A previsão é que o projeto torne-se realidade em 2021.

Assine a Gazeta do Povo e tenha acesso digital ilimitado aos conteúdos exclusivos de Viver Bem.

Hoje, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo, explica a pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. As informações são da Agência Brasil.

O ‘kit’ vem sendo testado em equipamentos de última geração e a ideia é que ele possa ser usado também em plataformas de baixo custo. O projeto tem financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”, diz a pesquisadora.

Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor uso dos ‘kits’. O custo do teste pode variar de R\$ 300 a R\$ 4 mil, dependendo do equipamento usado. “Isso irá depender do custo da adequação do equipamento a diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento.

Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O 'kit' identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do 'kit' sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. "Em menos de cinco dias".

A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos.

A fase atual de testes é a mais difícil, avalia Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o 'kit' pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade.

"Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação".

Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam minando a resistência da pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais 'Microbiologyopen' e Gene.

topo ↕

GAZETA WEB - TEMPO REAL

Possível corte de bolsas ameaça pesquisa da UFMG sobre dengue

Falta de repasse pode interromper pesquisa de 10 anos e desempregar 8 pessoas

"Construir leva tempo. Destruir é muito fácil", disse o professor João Trindade Marques, do Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre o possível corte de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em setembro. Dos 14 estudantes do laboratório, oito dependem do benefício.

O CNPq anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa. O Ministério da Ciência e Tecnologia também admitiu que há risco de que as bolsas fiquem sem pagamento em setembro.

O professor João Marques coordena uma pesquisa que estuda a transmissão do vírus da dengue. Ela identificou o gene Loqs2, presente apenas em mosquitos do gênero Aedes. A descoberta pode ajudar a criar mosquitos geneticamente modificados, incapazes de transmitir a doença.

"São dez anos de pesquisa. E as possibilidades são imensas. Chegamos a um estágio importante, e tudo isso pode acabar no mês que vem. É uma tragédia", relatou o professor. As bolsas dos oito pesquisadores que fazem parte da equipe são de dedicação exclusiva.

"São assalariados. Dedicam 40 horas semanais no laboratório. E não recebem férias ou qualquer outro adicional. É um trabalho. Um trabalho fundamental. Serão oito desempregados", disse Marques.

A pesquisa também é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), que suspendeu parte dos recursos em fevereiro por causa da crise financeira do estado. Houve suspensão de R\$ 2,5 milhões destinados a bolsas de iniciação científica e de cerca de R\$ 13 milhões para projetos liderados por professores em toda a UFMG.

"Ainda não recebemos a verba do mês passado. A situação é crítica", afirmou o professor. A Fapemig informou que os recursos de julho devem ser repassado em breve.

A pesquisa também recebe verbas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, da comunidade europeia e da Agência Francesa de Pesquisa (ANR). Porém, segundo Marques, elas não são capazes de sustentar o trabalho.

"Não são suficientes para manter o laboratório e não têm bolsas vinculadas", destacou.

Suspensão

Sem resposta do governo federal sobre a garantia de abertura de crédito suplementar para cobrir o déficit do orçamento de 2019, o CNPq anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

A recomposição, segundo informou o órgão ao G1, se refere ao crédito suplementar de R\$ 330 milhões. Quem abre o crédito é o Ministério da Economia, mas, de acordo com o conselho, até a tarde desta quinta a pasta não havia dado garantias de que liberaria o reforço orçamentário.

Ao G1, o Ministério da Economia afirmou que o pedido de crédito suplementar para o CNPq, feito em 1º de março e referendado em votação no Congresso Nacional em 11 de junho, ainda "permanece em análise na JEO [a Junta de Execução Orçamentária], sem prazo para decidir sobre o pleito."

Esse recurso é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas.

No dia 16 de agosto, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes afirmou que há risco de que as bolsas do CNPq fiquem sem pagamento em setembro. Segundo ele, a liberação de recursos está na "mão da Economia e também da Casa Civil".

"Nós estamos sendo informados diretamente pelo conselho deliberativo do CNPq que a situação é gravíssima. Eu nunca imaginei que não teríamos recurso. Agora as piores expectativas estão perto de se concretizar", disse o professor João Marques.

Dengue

O número de mortes por dengue triplicou no Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde, foram registrados 414 óbitos nos primeiros seis meses de 2019. No mesmo período do ano passado, foram 129.

O boletim da Secretaria de Vigilância em Saúde, que considera os casos entre 30 de dezembro e 22 de junho, aponta que o país teve, apenas neste ano, 1.234.527 de casos prováveis, ou seja, mais de um milhão de casos de dengue ainda não confirmados em laboratório. Neste mesmo período do ano passado eram pouco mais de 180 mil casos, o número é sete vezes maior.

topo ↕

GP1 - TEMPO REAL

UFPI comunica bloqueios de bolsas de pós-graduação do CNPq

Por meio de nota, a instituição informou que foi constatado que as bolsas se encontravam bloqueadas na plataforma CNPq e que as bolsas dos programas PIBIC e PIBITI serão mantidas.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), anunciou nesta segunda-feira (19), que bolsas de Pós-Graduação concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram bloqueadas. A suspensão foi comunicada no dia 15 de agosto pelo CNPq.

Por meio de nota, a instituição informou que foi constatado que as bolsas se encontravam bloqueadas na plataforma CNPq e que as bolsas dos programas PIBIC - Programa Institucional de Bolsas do Iniciação Científica; PIBIT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e PIBIC ensino médio serão mantidas.

“Assim, em contato por telefone com a Coordenação do Programa Institucional de Bolsas do Iniciação Científica do CNPq, foi informado que as bolsas dos Programas PIBIC, PIBIC Ações Afirmativas, PIBITI e PIBIC Ensino Médio, devidamente implantadas, inclusive com o aceite do bolsista serão mantidas, com pagamento assegurado para o mês de agosto/19, enquanto as demais ficarão suspensas, por falta de dotação de recursos desta conceituada agência de fomento”, informou em nota.

O bloqueio de bolsas faz parte dos cortes estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), cortou 2,7 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado de cursos com conceito nota 3.

Confira a nota na íntegra:

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Pesquisa e Inovação (PROPESQI), informa que na última quinta-feira (15), a comunidade científica brasileira foi surpreendida com a nota oficial emitida no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre a suspensão de indicação de bolsistas.

Segundo a Pró-Reitoria, foi constatado que a implantação das bolsas se encontram bloqueadas na plataforma do CNPq. Assim, em contato por telefone com a Coordenação do Programa Institucional de Bolsas do Iniciação Científica do CNPq, foi

informado que as bolsas dos Programas PIBIC, PIBIC Ações Afirmativas, PIBITI e PIBIC Ensino Médio, devidamente implantadas, inclusive com o aceite do bolsista serão mantidas, com pagamento assegurado para o mês de agosto/19, enquanto as demais ficarão suspensas, por falta de dotação de recursos desta conceituada agência de fomento.

topo ↕

JORNAL DA NOTÍCIA - TEMPO REAL

Justiça Federal suspende cursos em instituições do Araguaia e bloqueia R\$ 2 milhões de bens

A Justiça Federal mandou as entidades privadas de ensino superior, situadas em Confresa e Vila Rica, na região Norte Araguaia de Mato Grosso, não ofertarem e nem ministrarem cursos, até que seja realizado o devido cadastro no Ministério da Educação (MEC).

As instituições condenadas são Colégio Universal – Centro Educacional Keiliane Spagnol, Colégio Kairos e Uninacional – Centro Educacional Ponto de Mutação Ltda, Colégio Renascer Ltda, IBPOS – Instituto Brasileiro de Graduação e Pós-Graduação, Ibtcoaching – Instituto Brasileiro de Coaching Treinamento e Cursos, Favap – Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga, Fundação Acácio Martins da Costa, União Educacional Nossa Senhora de Fátima - Unifaculdades, bem como Maria Delma Sá de Alencar, coordenadora e representante da Favap, colégios Universal, Kairos, Renascer e Uninacional.

Conforme o inquérito civil do Ministério Público Federal (MPF-MT), além da ausência de autorização do MEC para oferta de cursos de graduação, a Favap, IBPOS, Ibtcoaching, colégios Universal, Kairos e a Unifaculdades ofertavam cursos de mestrado de forma irregular.

O MPF também identificou que a Facel, sediada em Curitiba (PR), está cadastrada como Instituição de Ensino Superior (IES) junto ao MEC tanto no formato presencial como formato Ensino à Distância (EAD). Porém, em conformidade com a legislação vigente, a instituição não tem autorização para ofertar cursos de ensino superior nos municípios de Mato Grosso por não possuir nenhum polo ou campus regularmente cadastrado junto à Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior).

Além disso, apesar de credenciada para ensino presencial, a Favap não possui autorização da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** para oferecimento do curso de mestrado stricto sensu no estado e nem possui autorização para disponibilizar curso na modalidade EAD.

Diante disso, as instituições devem cessar a divulgação de todo e qualquer anúncio publicitário oferecendo curso superior, mestrado e outros serviços não autorizados pelo MEC, bem como suspender as atividades referentes aos cursos, interrompendo inclusive a realização de matrículas e rematrículas nos municípios de Confresa e Vila Rica.

Bens bloqueados - A Justiça Federal determinou ainda a indisponibilidade de ativos imóveis e veículos em nome dos representantes das instituições de ensino por meio do Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e do sistema Renajud até o montante de R\$ 2 milhões por réu para o fim de ressarcir os prejuízos causados aos consumidores lesados.

topo ↕

JORNAL DO OESTE - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico. Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições.

O País atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o Ministério da Educação (MEC).

A gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, observa: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Weintraub espera adesão de 1/4 das universidades federais ao Future-se
Ministro atribui rejeição ao programa a pessoal militante politicamente; uma parte dos reitores tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas
BRASÍLIA - Uma das grandes apostas do governo Jair Bolsonaro na área da Educação, o "Future-se" deve atrair inicialmente um quarto das 68 universidades federais do País. A projeção foi feita ao Estado pelo ministro Abraham Weintraub. Segundo ele, a rejeição ao programa, manifestada recentemente por alguns reitores do País, vem do "pessoal militante politicamente", que são aqueles que "gritam e falam mais".

"Uma parte dos reitores veio do passado e tem ligação com PSTU, PSOL, PT, essas coisas maravilhosas. Mas tem uma parte que não é", disse Weintraub. "Esperamos adesão ao Future-se, em um primeiro momento, de um quarto dos reitores", afirmou o ministro.

Ele não revelou quais instituições já sinalizaram ao Ministério da Educação (MEC) que

apoiarão a iniciativa. Se a previsão se concretizar à risca, ao todo 17 universidades vão aderir à iniciativa de incentivar a chegada de recursos privados às universidades públicas. Weintraub chegou a classificar o programa como a "libertação das universidades federais".

Algumas instituições, no entanto, já indicaram que não concordam com a proposta tal como ela foi apresentada. Entre elas estão as federais do Rio (UFRJ), do Ceará (UFC), de Roraima (UFRR) e de Minas (UFMG). Elas argumentam que o projeto não é claro, fere a autonomia universitária e representa a submissão das unidades à lógica do mercado, entre outras críticas. Diante da repercussão, o MEC decidiu prorrogar em duas semanas a fase de consulta pública, que se encerraria no dia 15 de agosto.

Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, o adiamento foi feito a pedido dos reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, do Oeste do Pará e do presidente do Sebrae. O texto ainda pode sofrer alterações antes de ser enviado ao Congresso Nacional, de acordo com a Pasta.

Para a equipe de Weintraub, o Future-se é um caminho para que as universidades públicas tenham mais autonomia financeira. Na apresentação da iniciativa, a Pasta afirmou que pretende tornar "mais eficientes práticas já existentes". A adesão ao programa não é obrigatória.

A ideia é levantar cerca de R\$ 100 bilhões para Educação com iniciativas como venda de imóveis e lotes ociosos do MEC, remanejamento de recursos de fundos constitucionais e da Cultura (como os da Lei Rouanet) e o uso de organizações sociais. As chamadas OSs são organizações privadas sem fins lucrativos que já funcionam no Brasil em áreas como pesquisa, saúde e cultura. De acordo com a proposta do Future-se, elas fariam gerenciamento de recursos das universidades federais e participariam da administração de algumas atividades, fazendo até contratações.

Capex

Ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, **Anderson Correia**, acredita que a resistência inicial das universidades ao Future-se se dissipará. "Elas vão acabar cedendo e entendendo que o programa será muito relevante", avalia.

Para ele, uma das linhas mais importantes da proposta é a internacionalização e a inovação. "É engraçado: olhamos para Harvard, MIT, Caltech, Stanford e falamos que Isso, sim, é uma universidade", afirmou, listando instituições americanas que são referência em pesquisa. "Quando voltamos, não queremos o modelo. Mas queremos ser globais. Bem, será que eles estão imitando o nosso modelo? Lá, o modelo é muito semelhante ao das OSs", disse.

Segundo Correia, há no Brasil quem já se vale desse modelo, caso do Sirius, maior projeto de ciência do País, responsável por desenvolver um acelerador de partículas. A iniciativa tem suporte de organização social. / COLABOROU LIGIA FORMENTI

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NAS ENTRELINHAS
COL - Nas entrelinhas

A capital federal se transformou numa grande metrópole, onde o povo se mobiliza para protestar quando deseja. Entretanto, sua jaula de cristal aprisiona seus governantes

De Versalhes a Brasília

O Palácio de Versalhes tornou-se o símbolo do absolutismo francês a partir do momento em que Luís XIV, em 1661, resolveu transformar a residência de caça de seu falecido pai, Luís XIII, na sede da Corte francesa, logo após a morte do famoso cardeal Mazarin, até então a eminência parda do seu governo no Louvre. A reforma projetada pelo arquiteto Louis Le Vau resultou no gigantesco e luxuoso palácio que sediou a administração da França e abrigou as festas da nobreza de 1682 a 1789, ou seja, até a Revolução Francesa.

A Galeria dos Espelhos, o Grande Trianon, as alas norte e sul do palácio, a Capela Real, e o imenso jardim de autoria do paisagista André Le Notre, com seu Grande Canal, foram projetados para demonstrar o poder do autodenominado “Rei Sol”. É de Luís XIV a máxima que sintetiza o absolutismo: “L’Etat c’est moi” (O Estado sou eu). A construção de Versalhes influenciou a arquitetura da época, levando outros monarcas a construir também grandes palácios. O Palácio de Inverno, em São Petersburgo, de Catarina, a Grande, projetado por Bartolomeo Rastrelli, com suas paredes em verde e branco, estilo rococó, possui 1786 portas e 1945 janelas.

Os palácios de Brasília não se parecem nem um pouco com o de Versalhes ou o de Inverno, embora o traçado de Brasília, com suas grandes avenidas, tenha a ver com a construção de São Petersburgo, a primeira grande cidade planejada do mundo, por Pedro, o Grande, e a reforma urbana de Paris, do barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito da cidade durante o governo de Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte. Ambas são símbolos da modernidade e tiveram o objetivo de melhorar as condições sanitárias, facilitar o deslocamento, aumentar a segurança e manter o povo à distância do poder. Também influenciaram as reformas urbanas das cidades brasileiras no começo do século passado, sobretudo as de São Paulo e do Rio de Janeiro, e o traçado do Plano Piloto de Brasília.

Sede administrativa do governo federal, Brasília se transformou numa grande metrópole, onde o povo se mobiliza para protestar quando deseja. Entretanto, também aprisiona seus governantes numa “jaula de cristal”, na qual o presidente da República se vê cercado de colaboradores que filtram todas as informações, enquanto do lado de fora a sociedade acompanha o que acontece atrás dos vidros de seus palácios. A imprensa torna-se incômoda por causa disso, porque seu esporte favorito é revelar o que os governantes não querem que a sociedade fique sabendo. Mesmo com o advento das redes sociais, o enclausuramento do governante persiste, porque a forma como as pessoas se articulam na internet é por afinidades.

Burocracia

Em sua “jaula de cristal”, o presidente Jair Bolsonaro está descobrindo o enorme poder do Estado brasileiro e se propõe a exercê-lo de forma, digamos, monocrática. Como alguém já disse, esse poder é monstruoso, antecedeu a formação na nação e, por causa da dominação colonial, da monarquia e do positivismo republicano, a relação do Estado com a sociedade sempre teve um caráter vertical, mesmo na democracia. Todas as grandes reformas do Estado, diga-se de passagem, foram feitas a partir de rupturas autoritárias. É aí que está o perigo. Os períodos de centralização política fizeram da

União o centro absoluto do poder; a federação, que é a característica do nosso regime republicano, sempre acabou sufocada pela concentração de recursos no governo federal e sua presença normativa e coercitiva na vida dos estados, mesmo quando não presta serviços relevantes em troca do que arrecada.

No momento, além do contencioso do governo federal com os estados do Nordeste, por razões políticas e eleitorais, emerge um grave conflito entre o presidente Jair Bolsonaro e a alta burocracia federal, que dispõe de órgãos técnicos e autarquias que são considerados “centros de excelência” da administração pública, inclusive internacionalmente. Esse conflito está se generalizando, começou no Itamaraty, passou pelo IBGE, a Fiocruz e o INPE, e agora chegou à Polícia Federal e à Receita Federal. Envolve profissionais altamente qualificados, em alguns casos, de carreiras de Estado com prerrogativas constitucionais.

A tensão entre a burocracia, que zela pela legitimidade dos meios, e os políticos, que se movem pela ética das convicções, faz parte do jogo democrático. Dela resulta uma combinação na qual o pragmatismo político e a ética da responsabilidade fazem parceria. Quando o presidente Jair Bolsonaro, ao descobrir o poder que detém como chefe do Executivo, começa a atropelar os órgãos de controle do Estado, como a Receita Federal e a Polícia Federal, para impor sua vontade política, atua para solapar a sua própria legitimidade.

Não foi à toa que a Constituição de 1988 tipificou os crimes de responsabilidade. O presidente da República não é um Luís XIV, nem Brasília é Versalhes.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF COL - Brasília-DF

Mercado descola de Bolsonaro

Os assessores palacianos, ministros e líderes do governo estão aliviados. É que as polêmicas declarações do presidente Jair Bolsonaro perderam o potencial explosivo junto ao mercado financeiro. Porém não dá para comemorar, porque derrete a olhos vistos o apoio desse segmento ao governo. Os expoentes do mercado querem saber é de “entrega”, ou seja, o que o governo fará para ter PIB, isto é, de onde virá a base para o crescimento econômico. Até aqui, eles não sabem.

A reforma da Previdência é mais um ajuste fiscal do governo que ajuda, mas não resolve. Enquanto o PIB não der sinais de melhora, o ânimo dos investidores não voltará. São as atitudes que preocupam, e não as palavras. Por exemplo, o mercado, de forma geral, considerou um erro estratégico incluir a indicação de Eduardo Bolsonaro a embaixador nos Estados Unidos no palco em que deve prevalecer a reforma previdenciária e a tributária. O porto governamental, avisam os políticos e os integrantes do mercado, não tem profundidade nem espaço suficiente para abrigar tantas embarcações pesadas.

Renan, o retorno I

No papel de ex-líder do MDB e ex-presidente do Senado, Renan Calheiros (AL) não está tão convencido a aprovar a reforma previdenciária sem modificações. “O Senado precisa exercer o seu papel e modificar o que precisará ser modificado”, diz ele, que tem dúvidas em relação às mudanças no regime geral.

Renan, o retorno II

Experiente na tramitação de projetos e propostas de emendas constitucionais, ele avisa que, com um texto apenas sobre a Previdência dos Estados, corre o risco de morrer na praia. “Tem que ter ali algum ponto relacionado à reforma em si, se não, não anda”. Em tempo: ele não vê na capitalização um tema com fôlego suficiente para fazer valer a tal PEC paralela.

E o Eduardo, hein?

Renan é primeiro suplente de seu partido na Comissão de Relações Exteriores do Senado e não está disposto a aprovar a indicação de Eduardo Bolsonaro, caso precise votar. Ou seja, se o líder do governo necessitar de algum voto do MDB para substituir Jarbas Vasconcelos, não o terá no suplente.

O nó é na CRE

Aliados de Eduardo Bolsonaro estão em busca de um parecer que possa se contrapor ao solicitado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania -SE) à consultoria da Casa, que qualificou a nomeação de “nepotismo”. O receio dos senadores aliados ao governo é de que os indecisos quanto ao voto usem esse parecer como justificativa para votar contra a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro ao cargo de embaixador em Washington.

Caminha para o empate

Quem fez as contas na ponta do lápis considera que Eduardo Bolsonaro corre o risco de ganhar por um voto — o do presidente da Comissão, senador Nelsinho Trad.

Entrou com pé esquerdo

Alexandre Frota mal chegou ao PSDB e já tem gente querendo vê-lo fora do partido. O ex-presidente do diretório estadual paulista Pedro Tobias e o ex-deputado José Aníbal entraram com um pedido de impugnação da filiação. Frota, no dia em que anunciou seu ingresso no ninho tucano, avisou em entrevista que apoiaria Joice Hasselmann para prefeitura. O atual prefeito, Bruno Covas, é tucano e candidato à reeleição.

O visitante...

O senador Fernando Collor esteve, dia desses, com o ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que entrou na campanha Eduardo embaixador. Collor é um dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores que ainda não revelou como votará em relação à indicação de Eduardo Bolsonaro.

...exigente

Vale lembrar que, quando presidiu a Comissão de Infraestrutura, Collor fez questão de cobrar dos indicados a agências reguladoras currículo e conhecimento na área, uma espécie de prova de títulos. Ou seja, havia, na gestão dele, uma análise de admissibilidade para depois sabatinar os indicados a essas agências.

Bem mineiro

O senador Antonio Anastasia, que quase seguiu a carreira diplomática, não revelou seu voto, mas os amigos consideram que ele dificilmente votará a favor de Eduardo Bolsonaro.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

MAN - Combustíveis: tributos em debate

Responsável pela maior arrecadação de impostos do país, setor sofre com um emaranhado de alíquotas que podem variar de acordo com a unidade da Federação. Simplificar, para especialistas, significa reduzir a sonegação e baratear o produto ao consumidor

CONJUNTURA

Grande parte do valor dos combustíveis é composta por tributos, sendo eles os responsáveis pela maior arrecadação de impostos do país, com um acúmulo R\$ 7,2 bilhões em passivo tributário. Apenas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual, são 27 regras diferentes, e o custo final dos produtos acaba não sendo competitivo no cenário internacional. A complexidade do sistema de tributação é considerada um dos fatores que leva à sonegação, à inadimplência e à concorrência desleal no setor.

O advogado tributarista sócio do Leite, Tosto e Barros Advogados, Carlos Henrique Crosara, considera que a prática de sonegar impostos vem justamente do excesso de tributos. “Uma maneira de combater a sonegação e reduzir o problema da guerra fiscal seria a unificação de alíquotas, pois em um mercado monopolistas, essa conta acaba sendo paga pelo consumidor”, afirmou.

Logo após a aprovação da PEC da Previdência na Câmara, a próxima pauta a avançar no Congresso deve ser da reforma tributária, e para debater a questão relacionada ao setor de combustíveis, o Correio realizará, amanhã, o Correio Debate — Ética concorrencial e simplificação tributária. O evento reunirá especialistas e autoridades, no auditório do jornal, com objetivo de discutir o tema e apresentar sugestões para minimizar o problema.

O deputado federal Alexis Fontayne, que fará parte do painel Simplificação tributária: um caminho para reduzir a sonegação, acredita que um imposto que incida uma única vez seria a melhor alternativa para enfrentar as distorções. “No setor de combustíveis, é importante ter um imposto monofásico na fonte, na origem, pois na distribuição você tem fraudes e pessoas que vão comprando e partilham produtos sem declarar os impostos e que a receita não percebe.”, diz.

Prevenção

Fontayne acredita que esse modelo de tributação, já usado em outros produtos, é uma maneira de prevenir as falsificações causadas pela produção pulverizada e com alta carga tributária. “Se fizesse uma tributação na fonte, na refinaria e na usina, seria melhor, pois não teria mais nenhuma tributação e preveniria fraudes. Essa medida nasceu na distribuição de cerveja, a ideia funciona bem se você tem uma produção centralizada e concentrada, com poucos fabricantes e altos investimentos, é produto de consumo e tem distribuição muito alta, uma produção pulverizada com carga tributária muito alta estimula a fraude”, avalia.

Apesar de considerar essencial a implementação, o deputado teme que o modelo pode causar problemas no sistema tributário em geral. “Com as discussões da reforma tributária, eu não vejo nenhuma ação sendo feita por agora. O setor pede para que seja um tributo monofásico, mas isso pode gerar problema, pois você não gera crédito nas outras fases”, afirma.

Além de parlamentares, também já estão confirmados para o debate o presidente do

Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio Noronha; César Mattos, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia; os secretários da Fazenda André Clemente, do Distrito Federal, e Cristiane Alkmin, de Goiás e o advogado-geral da União André Luiz Mendonça. (veja quadro abaixo)

* Estagiários sob supervisão de Rozane Oliveira

Programação

Seminário sobre simplificação tributária em 21 de agosto no auditório do Correio

9h — Credenciamento e welcome coffee

9h30 — Abertura

» João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

10h — Painel 1: PLS 284: O devedor contumaz e os impactos da sonegação de impostos

» Cristiane Alkmin, secretária de Estado da Fazenda de Goiás

» Rodrigo Pacheco, senador

» César Mattos, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia

» Hugo Funaro, advogado tributarista

11h — Coffee break

11h30 — Painel 2: Simplificação Tributária: um caminho para reduzir a sonegação

» Alexis Fonteyne, deputado federal

» André Clemente, secretário da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF

» Edson Vismona, presidente do ETCO

12h30 — Encerramento

» André Luiz Mendonça, advogado-geral da União (AGU)

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo site

<https://www.correiobraziliense.com.br/correiodebate/etica>

topo 

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

COL - PAINEL

Toma que o filho é teu

A tentativa do Planalto de dissociar o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) do ingresso do subprocurador Antônio Carlos Simões Martins Soares na corrida pelo posto de procurador-geral da República incomodou integrantes do Legislativo e do Judiciário. Flávio intermediou contatos de Simões com parlamentares e integrantes de cortes superiores. E o próprio cotado não esconde, nas conversas, a proximidade com o filho de Jair Bolsonaro –num tom que, inclusive, causa estranhamento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/08/20/parlamentares-e-magistrados-reagem-a-tentativa-de-dissociar-novo-favorito-a-pgr-de-flavio-bolsonaro/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

MAN - Lava Jato ignorou repasse de Guedes em denúncia contra empresa de fachada

Força-tarefa detectou pagamento de R\$ 561 mil, mas só acusou outras firmas; ela diz que focou prova robusta e que apuração continua

Brasília

A Lava Jato descobriu que uma empresa do atual ministro da Economia, Paulo Guedes, fez pagamento a um escritório de fachada, suspeito de lavar dinheiro para esquema de distribuição de propinas a agentes públicos no governo do Paraná.

A força-tarefa da operação em Curitiba apresentou denúncia sobre o caso em abril de 2018 e não incluiu no rol de acusados Guedes ou outros representantes de sua empresa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/lava-jato-ignorou-repasse-de-guedes-em-denuncia-contra-empresa-de-fachada.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

MAN - Acordo comercial entre Brasil e EUA não prevê livre-comércio

Avaliação é que relação bilateral favorável é insuficiente para vencer barreiras históricas, como a compra de açúcar nacional

Washington

O acordo comercial entre Brasil e EUA não deve prever o livre-comércio em sua definição econômica tradicional, ou seja, eliminação total de tarifas e outras barreiras entre os países.

Autoridades que participam das negociações afirmam que as tratativas envolvem taxas, mas também questões não tarifárias e de investimentos, que passam pela integração da cadeia produtiva de aço e peças de aviação até parcerias no setor do agronegócio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/acordo-comercial-entre-brasil-e-eua-nao-preve-livre-comercio.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

COL - PAINEL S.A.

Emae aluga espaço de R\$ 303 mil por mês para nova sede administrativa

De Interlagos, empresa se muda para edifício Tower Bridge Corporate, no entorno do Brooklin

Sem licitação, a Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), vinculada ao governo de São Paulo, acaba de alugar um espaço de um condomínio corporativo de área nobre da capital. Por quase R\$ 303,9 mil mensais, a companhia muda a sua sede administrativa —atualmente na zona sul da cidade— para o edifício Tower Bridge Corporate, no entorno do bairro do Brooklin. Os escritórios do prédio se encaixam em

um segmento imobiliário conhecido com triplo A.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/08/ema-e-aluga-espaco-de-r-303-mil-por-mes-para-nova-sede-administrativa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO COL - MÔNICA BERGAMO

Bolsonaro decidiu extraditar sequestrador de Washington Olivetto após viagem ao Chile em março

Maurício Norambuena cumpria pena no presídio de Avaré, em SP

O presidente Jair Bolsonaro determinou a extradição do chileno Maurício Norambuena assim que voltou da viagem que fez ao Chile, em março.

VELOCIDADE 2

Ele esteve com o presidente do país, Sebastian Piñera, no dia 23. Na semana seguinte, o governo enviou ofício à Justiça de SP para tratar da saída dele do Brasil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/08/bolsonaro-decidiu-extraditar-sequestrador-de-washington-olivetto-apos-viagem-ao-chile-em-marco.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO COL - COLUNA DO ESTADÃO

Eduardo tem atuação discreta no Parlamento

Indicado informalmente para ocupar a Embaixada do Brasil em Washington (EUA), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) teve até agora atuação discreta como deputado federal. Dos 44 projetos de lei e PECs que o filho 03 do presidente Jair Bolsonaro apresentou desde 2015, quando assumiu seu primeiro mandato, nenhum chegou a virar lei. Quase metade (19) é relacionada à segurança pública, alguns com forte viés conservador. O último deles propõe aumentar para 50 anos de prisão a pena para quem cometer homicídio por “imposição de ideologia de gênero”.

» Não ando só. Assinado também por Carla Zambelli (PSL-SP) e Bia Kicis (PSLDF), o texto ganhou de cara o codinome “Lei Rhuan Maycon”, em referência ao menino de 9 anos morto pela mãe e pela namorada. Segundo elas afirmaram, desejavam que o garoto fosse uma menina.

» Diálogo. Apesar da pouco expressiva produção legislativa, alguns colegas elogiam a atuação de Eduardo Bolsonaro como presidente da Comissão de Relações Exteriores. Costurou até com o PT para votar o acordo da Base de Alcântara.

» Agora vai. A expectativa no Congresso é de que o governo anuncie nesta semana as prioridades do pacto federativo. Rodrigo Maia esteve ontem com Paulo Guedes para tratar disso.

» Intercâmbio... A entrada da figura do juiz de garantia, responsável por auxiliar na condução da fase inicial do inquérito, no pacote anticrime de Moro foi orquestrada por Gilmar Mendes.

- » ...de Poderes. Crítico da Lava Jato, o ministro defendeu a interlocutores que é possível a implementação gradual do modelo.
- » Quem mandou... Em 11 dias, o CNPq não terá mais dinheiro para pagar seus bolsistas. Na cúpula do Ministério de Ciência e Tecnologia, acredita-se que a intenção do governo é sufocar o CNPq para juntá-lo à **Capes**, vinculada à Educação.
- » ...cortar? Marcos Pontes já começou a admitir que não sabe se o dinheiro chegará para pagar as bolsas. Em reunião com representantes de ciência e tecnologia, disse repetidas vezes que está “cansado de levar bolada nas costas”.
- » Help! Um abaixo-assinado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em defesa do CNPq atingiu mais de 270 mil assinaturas em seis dias.
- » Acesso. A Advocacia-Geral da União finaliza um parecer sobre em que condições o TCU pode fiscalizar a Receita. Pela versão preliminar do texto, quando a investigação for sobre o Fisco e não sobre o contribuinte, o órgão deverá passar as informações.
- » Arbitragem. O parecer foi encomendado em maio, após mais um episódio da queda de braço entre os dois entes. Um decreto posterior de Jair Bolsonaro vai regulamentar como a troca de dados será feita.
- » O que virá. O clima no Coaf é de grande apreensão. Técnicos se reuniram ontem para avaliar as implicações das mudanças, mas, por enquanto, a percepção geral é de que ainda não dá para saber o tamanho da situação.
- » Sem ele. O ex-presidente Lula completa hoje 500 dias na prisão em Curitiba.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM DELTAN DALLAGNOL

CLICK. Deltan Dallagnol publicou foto de ato em frente à Justiça Federal em Curitiba contra o projeto de lei de abuso de autoridade, aprovado na semana passada.

PRONTO, FALEI!

Felipe Francischini Deputado federal (PSL-PR) e presidente da CCJ

“A discussão é antiga – roda o Congresso desde 2009. Como meu pai é delegado, vejo a importância de debater o tema na CCJ”, sobre autonomia da PF.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Cintra troca o número 2 da Receita e tenta conter crise

Com a manobra, secretário especial busca mostrar controle sobre o órgão e evitar pedidos de demissão em massa

BRASÍLIA

Numa tentativa de evitar pedidos de demissão em massa na Receita Federal, o secretário especial Marcos Cintra exonerou o subsecretário-geral do órgão, João Paulo Ramos Fachada, e nomeou José de Assis Ferraz Neto, que atuava em Pernambuco. Com a manobra, Cintra conseguiu preservar, ao menos temporariamente, o superintendente da Receita no RJ, Mário Dehon, e o responsável pela fiscalização no Porto de Itaguaí, José Alex Nóbrega de Oliveira, e tenta contornar uma crise que ameaça sua permanência no

cargo. A exoneração de Fachada – que se recusava a demitir Dehon e Oliveira, como queria Jair Bolsonaro – foi a saída encontrada por Cintra para mostrar que o governo controla o órgão. A pressão por mudanças na Receita começou com o vazamento de investigações sobre ministros do STF e reclamações de Bolsonaro sobre investidas do órgão contra seus familiares. A Receita sofre também com os cortes no orçamento. A emissão de CPFs e restituições de IR podem ser interrompidas.

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, exonerou ontem o “número 2” do órgão, João Paulo Ramos Fachada, numa manobra para evitar pedidos de demissão em massa de seus auxiliares. Em troca, ele conseguiu preservar o superintendente da Receita no Rio de Janeiro, Mário Dehon, e o responsável pela fiscalização no Porto de Itaguaí (RJ), José Alex Nóbrega de Oliveira, e ganhou tempo para tentar contornar uma crise que ameaça até mesmo sua permanência no cargo.

O Estado apurou que Fachada resistiu a demitir os dois subalternos no Rio, o que expôs o governo. A opção por rifá-lo foi a saída encontrada para dar uma satisfação ao presidente Jair Bolsonaro e passar a imagem de que tem controle sobre o órgão. A ordem para demissões no Rio havia sido repassada a Cintra ao agora ex-auxiliar atendendo a uma determinação do Palácio do Planalto. O novo subsecretário-geral será José de Assis Ferraz Neto, que atua na área de fiscalização em Pernambuco.

Cintra negou ingerências sobre o órgão e afirmou ao Estado que “nunca mandou mudar nada”. “Sugestão de mudanças, eu recebo 20 por dia, de todos os lados, mas o interesse público prevalece”, disse, acrescentando que considera Oliveira, o delegado de Itaguaí, “um ótimo funcionário”. “Nenhuma razão para mudar.”

A pressão por mudanças na Receita teve como origem o vazamento de investigações realizadas por auditores envolvendo autoridades do Supremo Tribunal Federal (STF) e reclamações do próprio Bolsonaro sobre investidas do órgão contra seus familiares, o que chamou de “devassa”. A acusação é de que auditores do órgão estariam agindo por interesses políticos.

A ameaça de interferência provocou uma crise interna, que ganhou força após a recomendação, por pessoas ligadas a Bolsonaro, da demissão de Oliveira, titular da Delegacia da Aduana de Porto de Itaguaí. A região é alvo da atuação de milicianos no contrabando de armas e outras mercadorias, além de foco de tráfico de drogas. A fiscalização tem sido reforçada no local.

Em mensagem compartilhada entre seus pares no fim de semana, Oliveira apontava a existência de “forças externas que não coadunam com os objetivos de fiscalização”. Ameaçado de demissão, ele se reuniu ontem com o superintendente do Rio de Janeiro, Mário Dehon, e após o encontro, disse ao Estado que sua situação estava indefinida. “Não saiu nada no Diário Oficial da União.”

A permanência de Oliveira e de Dehon – que também havia recusado dispensar o delegado –, é considerada essencial pelos subsecretários da Receita Federal para afastar o risco de ingerência política nos trabalhos do órgão. Em reunião ontem, em Brasília, com os subsecretários, Cintra se comprometeu a manter os dois no cargo. Diante da promessa, os subsecretários recuaram de um pedido de demissão coletiva.

Os chefes da Receita, no entanto, consideram que ainda existe o risco de comprometimento de investigações, inclusive, as que envolvem autoridades. Um subsecretário disse, na condição de anonimato, que Cintra tem dado “azo” a interferências externas.

Interferência. A troca do subsecretário-geral não encontrou resistência na cúpula da Receita, pois o substituto é considerado um bom técnico, embora pouco conhecido. Ferraz Neto foi o adjunto do atual subsecretário de Tributação, Luiz Fernando Nunes, quando ele comandava a Superintendência da 4ª. Região – Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Segundo um interlocutor de Ferraz Neto, o convite foi inesperado.

AoEstado, Cintra elogiou o novo subsecretário, disse que a escolha foi uma “unanimidade”, mas queixou-se do que chamou de “clima de fofoca” na Receita. “A quem interessa? Mudanças organizacionais em uma estrutura de 25 mil pessoas são normais.”

O secretário lembrou que, desde o início do governo, a Receita tem passado por reestruturação após a medida provisória que obrigou o corte de cargos comissionados na Esplanada dos Ministérios. Cintra disse que o foco não é “mudança de pessoas”, mas de estrutura funcional. “Estamos há meses reduzindo delegacias, agências e cortando pela metade as superintendências.”

Autarquia. Ainda não há uma definição do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a possibilidade de a Receita se transformar uma autarquia, como revelou o Estado. A mudança vem no rastro da migração do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Banco Central (mais informações nesta página).

Guedes ficou satisfeito com a “solução” do Coaf e quer um modelo parecido para blindar tecnicamente a Receita. Ele aguarda estudos da sua equipe. A eventual transformação do órgão em autarquia, no entanto, sofre resistência entre os auditores fiscais, que veem riscos de impacto nos trabalhos de investigação.

Bolsonaro terá jantar hoje com os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). Na pauta, além da situação das contas públicas, estão o acesso a dados sigilosos de autoridades públicas federais por parte de auditores. Uma decisão do ministro Bruno Dantas determinou que a Receita passe a relação de servidores que tiveram acesso a dados – o prazo para resposta ainda não se esgotou.

A GAZETA - ES - BRASIL

MEC terá novos critérios para distribuir recursos para federais

Ideia é priorizar empregabilidade e inovação, não mais número de alunos

O Ministério da Educação (MEC) pode alterar a maneira como distribui os recursos para as universidades federais do país. Hoje, a verba é repassada de acordo com um cálculo que envolve número de alunos e qualidade acadêmica. A proposta que o MEC avalia, segundo reportagem publicada pelo "Estado de S. Paulo", prevê mais dinheiro para as que tiverem melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade.

Da forma como o orçamento é distribuído atualmente, universidades de maior porte e com maior número de alunos, recebem um orçamento maior sem que necessariamente

tenham um desempenho melhor nestes quesitos. A proposta, de acordo com o jornal, ainda deverá ser discutida com os reitores das universidades. Ao "Estado", o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, afirmou que a pasta quer "tratar os diferentes de forma diferente". De acordo com ele, "hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade".

O secretário afirmou que as mudanças não dependem de alteração na lei, apenas de ajustes nas regras atuais. "Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos", afirmou.

Segundo Lima Junior, a mudança trata-se de uma questão de "equidade": Temos gasto de R\$ 75 mil por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ira favor daquelas que precisam mais", afirmou Lima Junior, argumentando que a medida não é uma retaliação a determinadas universidades.

A nova forma de distribuição pode ser implementada a partir de 2020, mas já neste ano a pasta avalia usar o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) para determinar qual instituição terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Mesmo com as medidas de contenção de gastos anunciadas pela Ufes na última segunda-feira, que incluem a suspensão do uso do ar-condicionado e a redução da frequência de limpeza, a universidade ainda não pode garantir que essas ações serão suficientes para manter o funcionamento da instituição até o final do ano.

DOUTORADO

Além de priorizar áreas ditas "estratégicas" do conhecimento, o novo modelo ainda vai dar preferência às bolsas de doutorado e privilegiar cursos em regiões de menor IDH no país. Como tentativa de reduzir a desigualdade entre os Estados, as unidades instaladas em regiões mais carentes teriam maior peso na escolha.

As notas de desempenho recebidas por cada curso também seriam ponderadas.

A **Capes** avalia com conceitos de 1 a 7 cada um dos cursos, impedindo o funcionamento dos que obtiverem notas 1 ou 2. Aqueles que recebessem notas muito reduzidas ao longo dos anos poderiam até mesmo deixar de receber bolsas, por tempo indefinido.

Ainda, o foco do governo federal estará nas pesquisas de doutorado. A justificativa é de que o mestrado "difícilmente gera descoberta que chame a atenção internacional", e, portanto, teriam detrimento em favor do impulsionamento do doutorado. Atualmente, para chegar ao nível de doutorado, é necessário passar pelo mestrado. Ainda, há cursos e universidades que oferecem apenas o primeiro nível de pós-graduação.

Por último, as áreas sinalizadas como "estratégicas" para Jair Bolsonaro (no ramo da Saúde ou Engenharia) teriam prioridade, enquanto cursos de "humanas puras" — termo utilizado por **Anderson Correia**-, como Filosofia e Ciências Sociais, seriam deixadas

de lado.

SEM DINHEIRO

O orçamento inicialmente para o custeio das universidades em 2019 era de R\$ 6,25 bilhões, mas o MEC anunciou no primeiro semestre deste ano um contingenciamento médio de 30% desses recursos. Na Ufes, o contingenciamento foi de 38% em um orçamento previsto de R\$ 72 milhões para custeio.

Na recente volta às aulas na Ufes, os estudantes já sentiram os impactos dos cortes. Sujeira, corredores sem luz e até falta de papel higiênico foi constatado no campus de Goiabeiras na semana passada.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - COLUNA DO ESTADÃO

Quem mandou...

Em 11 dias, o CNPq não terá mais dinheiro para pagar seus bolsistas. Na cúpula do Ministério de Ciência e Tecnologia, acredita-se que a intenção do governo é sufocar o CNPq para juntá-lo à **Capes**, vinculada à Educação.

» ...cortar?

Marcos Pontes já começou a admitir que não sabe se o dinheiro chegará para pagar as bolsas. Em reunião com representantes de ciência e tecnologia, disse repetidas vezes que está “cansado de levar bolada nas costas”.

» Help!

Um abaixo-assinado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em defesa do CNPq atingiu mais de 270 mil assinaturas em seis dias.

topo ↕

JORNAL PEQUENO - MA - COLUNAS

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico. Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições.

O País atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o Ministério da Educação (MEC).

A gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, observa: "O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado".

topo ↕

O DIA - PI - EM DIA

Ufpi anuncia bloqueio de bolsas do CNPq

Em comunicado oficial, Universidade disse que foi surpreendida pela decisão do CNPq

A Universidade Federal do Piauí (Ufpi) comunicou ontem (19) o bloqueio de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito da pós-graduação. A instituição federal de ensino afirmou ter sido surpreendida pela decisão do CNPq sobre a suspensão de indicação de bolsistas, na última quinta-feira (15).

Segundo a Pró-Reitoria, foi constatado que a implantação das bolsas se encontra bloqueada na plataforma do CNPq. "Em contato por telefone com a Coordenação do Programa Institucional de Bolsas do Iniciação Científica do CNPq, foi informado que as bolsas dos Programas PIBIC, PIBIC Ações Afirmativas, PIBITI e PIBIC Ensino Médio, devidamente implantadas, inclusive com o aceite do bolsista serão mantidas, com pagamento assegurado para o mês de agosto/19, enquanto as demais ficarão suspensas por falta de dotação de recursos desta conceituada agência de fomento", informou em nota.

Para a pró-reitora de Ensino de Pós-Graduação da Ufpi, Regina Gomes, a decisão é preocupante, uma vez que os alunos da instituição dependem das bolsas para continuarem desenvolvendo pesquisas. Segundo ela, até o momento, mais de 70 bolsas já foram cortadas pelo Governo Federal, somente este ano.

"Estamos preocupados com tudo isso porque temos alunos carentes que não têm condição de ter a dedicação exclusiva que precisamos para desenvolver a pós-graduação", afirmou.

Além disso, as bolsas destinadas para os novos programas de pós-graduação, criados após a avaliação quadrienal da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, realizada pela última vez em 2017, só poderão ter recursos a partir do próximo ano.

De acordo com a pró-reitora, um grupo de trabalho da **Capes** está criando um algoritmo para definir a quantidade de bolsas destinadas aos programas. Entre os critérios que poderão ser considerados para a concessão de novas bolsas estão o IDH nos municípios onde estão os programas, a nota do programa e a importância do resultado das pesquisas. "Nós ainda não tivemos uma comunicação oficial em relação a isso, estamos aguardando porque a reunião ainda está ocorrendo", frisa.

O reitor da Ufpi, Arimateia Dantas, afirma que os cortes anunciados terão um impacto forte na pesquisa e na pós-graduação da universidade e irão dificultar, ainda mais, o avanço das pesquisas. "Vai ficar difícil a gente avançar na pesquisa e na pós-graduação numa universidade como a nossa, num estado como um nosso, em que o estudante para desenvolver a pesquisa precisa daquela bolsa para sobreviver, para poder realizar suas tarefas", lamenta.

topo ↕

O LIBERAL - PA - COLUNAS

Quem mandou...

Em 11 dias, o CNPq não terá mais dinheiro para pagar seus bolsistas. Na cúpula do Ministério de Ciência e Tecnologia, acredita-se que a intenção do governo é sufocar o CNPq para juntá-lo à Capes, vinculada à Educação.

» ...cortar?

Marcos Pontes já começou a admitir que não sabe se o dinheiro chegará para pagar as bolsas. Em reunião com representantes de ciência e tecnologia, disse repetidas vezes que está "cansado de levar bolada nas costas".

» Help!

Um abaixo-assinado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em defesa do CNPq atingiu mais de 270 mil assinaturas em seis dias.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Doze estudantes baianos conquistam medalhas em Olimpíada Nacional de História Estudantes são de escola pública de Paripiranga e participaram da cerimônia na Unicamp

Três estudantes do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, localizado no município de Paripiranga (a 312 km de Salvador), foram premiados com medalhas de bronze da 11ª Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB). Outros nove estudantes da mesma unidade escolar e que participaram da final da competição conquistaram medalhas de honra ao mérito. A cerimônia foi realizada no último final de semana, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas (SP).

A conquista da medalha de bronze foi da equipe "Tríplice Aliança". A prova final realizada no sábado consistiu em uma redação sobre o tema "Exclusão", escrita em conjunto pelos integrantes de cada uma das quatro equipes finalistas da rede estadual. Os estudantes foram selecionados entre os 1.014 inscritos em todo o Estado.

O estudante Luis Victor Pimentel Andrade, 16, 3º ano, que integra a equipe "Tríplice Aliança", falou da satisfação em ter sido premiado na ONHB. "Participar da olimpíada foi uma experiência inesquecível, pois além de sermos premiados, trocamos conhecimento, fizemos amigos e conhecemos outro Estado", afirmou o estudante, ao destacar que passou a gostar ainda mais da disciplina de História devido à participação nas etapas da olimpíada, que foram seis no total, além da final.

A professora de História e orientadora das quatro turmas, Elisa Ribeiro, disse que estava realizada com a representatividade da escola na Olimpíada. "Começamos com 14 equipes na escola e que chegaram até a última fase, na qual foram classificadas quatro e isso é muito gratificante, pois mostramos para o país que existe um trabalho de qualidade sendo feito na rede estadual de ensino da Bahia", afirmou a educadora, que

ainda está na Unicamp participando de uma formação voltada para os professores dos estudantes finalistas, que tem como tema “A canção popular no ensino de História”.

A olimpíada teve início em maio com a participação de 18,5 mil equipes, em um total de 73 mil inscritos em todo o país, atingindo recorde de inscrição. A iniciativa possui seis fases on-line, com duração de uma semana cada. As questões de múltipla escolha e realização de tarefas foram respondidas pelos participantes por meio de debate com os colegas, pesquisa em livros, internet e orientação do professor.

Cada equipe é composta por um professor de História e três alunos do 8º ou 9º ano do Fundamental ou todos os anos do Ensino Médio, pertencentes a escolas públicas e particulares de todos os estados. A Secretaria da Educação do Estado informou que tem fomentado a participação dos estudantes da rede nas olimpíadas nacionais, por meio do projeto Bahia Olímpica.

A ONHB é um projeto realizado pelo Departamento de História da Unicamp. Em 2019, em sua 11ª edição, consolidou-se com uma importante ferramenta de aprendizado do ensino de História. Tem apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

UFRJ teme que MEC nivele setor por baixo

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) questionou ontem possíveis mudanças nos critérios de distribuição de recursos para universidades federais. "Preocupa que, querendo igualdade, a gente acabe nivelando por baixo", disse Denise Pires de Carvalho, durante evento em São Paulo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima Junior.

Como o jornal O Estado de S. Paulo revelou, o Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as federais. A ideia é dar mais dinheiro a quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade. Segundo Lima Junior, o gasto por aluno é de R\$ 75 mil na Federal de São Paulo (Unifesp) e na UFRJ - ante R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. "Temos 1,2 mil laboratórios, mais de 30% de cursos (com notas) 6 e 7. Ele quer que o Nordeste chegue (ao gasto da UFRJ)? (Se for isso), estamos de acordo. Se ele quer que a UFRJ diminua, aí não vamos poder ter o mesmo número de laboratórios nem de programas."

Um dos critérios que o MEC estuda adotar para o desbloqueio de recursos é o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), que Lima Junior classificou como "bastante robusto". Segundo ele, 86% das universidades têm índices inferiores a 5 nesse levantamento (de 0 a 10). A UFRJ alcançou as piores posições.

"Quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições. (Isso vai ser feito) daqui para frente", disse o secretário. Segundo Lima Junior, o que se pretende é "criar uma cultura do suor, de não se vitimizar" e premiar quem obteve melhores resultados. "Eu me assustei um pouco com o que foi noticiado. Conheço a empregabilidade dos egressos, somos a primeira em inovação, mas não conheço o relatório do TCU", disse Denise, que assumiu a reitoria em julho. Ela também levantou dúvidas sobre o que poderá ser considerado empregabilidade.

Procurado, o secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, disse que ainda não sabe oficialmente qual é a proposta e que haverá uma reunião com o secretário do MEC na quinta-feira.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[topo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

MEC estuda redistribuição de recursos para federais

O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros. Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais. “Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores - o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) - na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos. Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados.

O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário. Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança estratégica, gestão e transparência.

Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR). Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. (Estadão Conteúdo)

[topo](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

Governo nomeia 200 professores

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, nomeou, na noite de ontem (19) 200 professores de Educação Básica. As convocações para a Secretaria de Educação serão publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) de amanhã (20). Os futuros servidores aguardavam a nomeação há quase dois anos. Entre as áreas de atuação dos docentes estão Artes, Biologia, Ciências Naturais, Filosofia, Física, Geografia, História, Espanhol, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Química, Sociologia e Ciências Naturais.

Os professores terão a carga horária de 40h. Este ano, o Governo do Distrito Federal já nomeou cerca de 800 servidores para a área da educação. Em fevereiro, a pasta recebeu o reforço de 234 orientadores educacionais e mais 54 professores. Já em abril, 250 profissionais foram nomeados para atuar nas unidades de ensino participantes do projeto Escola que Queremos.

Projeto

O programa Escolas que Queremos, uma das cinco bandeiras do EducaDF, macropolítica da Rede Distrital de Educação, foi lançado no dia 10 de junho pelo Secretário de Educação, Rafael Parente. Destinado a 190 unidades de ensino da rede pública, o projeto pretende alcançar uma educação de excelência, melhorando os índices de aprendizagem, reduzindo as taxas de abandono e reprovação escolar e valorizando os profissionais da educação.

topo ↕

O DIA - PI - POLÍTICA

Bancada federal piauiense discute destinação de emendas para UFPI

Visando o apoio de deputados e senadores piauienses, o reitor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Arimatéia Dantas, reuniu-se com a bancada federal piauiense nesta segunda-feira (19) para tratar da alocação de emendas em prol da instituição de ensino, mais especificamente aos serviços voltados à área da saúde.

Uma das demandas apresentadas pelo reitor aos parlamentares diz respeito ao projeto de ampliação dos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do setor de cardiologia do Hospital Universitário (HU), de cinco para 15. “Para isso precisamos de recursos, e com a situação que a Universidade está hoje não temos orçamento suficiente para este investimento, precisamos então desse apoio com a colocação de emendas, para podermos realizar essas obras”, explica Arimatéia.

Além disso, tratou-se também sobre a expansão e melhorias para o curso de medicina do campus universitário de Picos. “Precisamos de recursos para que possamos ampliar a estrutura para dar continuidade a oferta de vagas naquele curso”, reiterou o reitor.

O deputado federal Átila Lira (PSB), coordenador da bancada federal piauiense, frisou que o grupo deve se reunir nos próximos dias para definir uma forma de ajudar a UFPI aos respectivos investimentos já para o orçamento do próximo ano, mas reforçou que as demandas também devem ser discutidas junto ao Ministério da Educação (MEC), já que segundo ele, estavam previstos no cronograma de ação da pasta.

“Os investimentos que foram apresentados irão se juntar aos recursos das emendas de bancadas dos parlamentares, mas como falei, temos que trabalhar isso junto ao MEC para que ele também se comprometa com uma parte desses recursos, pois eles eram parte do plano do ministério que já estavam em andamento, mas houve um colapso

administrativo e econômico que levou a esses problemas na UFPI”, disse o deputado.

Também participaram do encontro o senador Elmano Férrer (PODE), os deputados federais Marcos Aurélio Sampaio (MDB), Margarete Coelho (PP) e o presidente da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), Themistocles Filho (MDB).

(Breno Cavalcante e João Magalhães)

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Plano do MEC sobre recursos gera dúvida

SÃO PAULO.

O plano anunciado pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Lima Junior, de atrelar os recursos para universidades federais a critérios como inovação, empregabilidade e governança levantou críticas e dúvidas. “Me assustei um pouco com o que foi noticiado”, disse a reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Pires.

O MEC estuda mudara forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade.

A nova distribuição das verbas pode começar a ser implementada a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar o ranking de governança do TCU – para determinar quem terá prioridade. Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as Universidades Federais de Lavras (Ufla) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ganha força tese de que o objetivo do governo é juntar o CNPq à Capes

Em 11 dias, o CNPq não terá mais dinheiro para pagar seus bolsistas. Na cúpula do Ministério de Ciência e Tecnologia, acredita-se que a intenção do governo é sufocar o CNPq para juntá-lo à **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação.

Marcos Pontes já começou a admitir que não sabe se o dinheiro chegará para pagar as bolsas. Em reunião com representantes de ciência e tecnologia, disse repetidas vezes que está “cansado de levar bolada nas costas”.

A comunidade acadêmica está se mobilizando. Um abaixo-assinado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em defesa do CNPq atingiu mais de 270 mil assinaturas em seis dias.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico. Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições.

O País atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o Ministério da Educação (MEC).

A gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, observa: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Coordenadores debatem fichas de avaliação

Desde 2018 a **CAPES** trabalha para melhorar os instrumentos de Avaliação. Naquele ano foram criados grupos de trabalho para discutir temas como autoavaliação e internacionalização, além da ficha de avaliação. No Seminário de Meio Termo, um dos principais pontos debatidos pelas 49 áreas é exatamente este documento. Composta por duas colunas – uma com critérios gerais para os programas e outra específica para cada área de avaliação – a ficha mostra os pontos avaliados.

A coluna com os critérios gerais foi aprovada pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES). Agora, as áreas devem propor as definições e os indicadores que sejam mais adequados em cada modalidade, acadêmica ou profissional.

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e coordenador da área de Biodiversidade, Paulo Jorge Santos, participa desde o início das discussões sobre a ficha e espera uma avaliação mais clara: “Acredito que ao final do Meio Termo vamos ter uma ficha bastante sólida, robusta para propiciar uma avaliação mais simplificada e clara para a academia como um todo”.

As mudanças aprovadas pelo CTC-ES pretendem melhorar a qualidade da formação de doutores e mestres. A partir de 2021, cada PPG será avaliado em três quesitos: programa, formação e impacto na sociedade. Sônia Bão, diretora de Avaliação, afirma que a nova ficha é mais um passo para a avaliação multidimensional. “Tudo o que está por detrás do programa, como o corpo docente, a capacidade de pesquisa da instituição, produção de conhecimento, planejamento da pós-graduação e a autoavaliação passam a ser consideradas no processo de avaliação”, explica.

O conteúdo proposto por cada área será avaliado pelo CTC-ES, que definirá as 49 fichas para a Avaliação Quadrienal 2021. O Seminário de Meio Termo acontece entre os meses de agosto e outubro deste ano.

CCS/CAPES - 19.08.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Presidente da CAPES mostra panorama da pós-graduação

Anderson Correia conversou com alunos e professores da Universidade de Brasília (UnB), sobre as perspectivas da pós-graduação brasileira, na nesta segunda-feira, 19. O encontro foi aberto ao público e aconteceu no auditório da reitoria. Após apresentar as atividades e um breve histórico das ações da **CAPES** em todo território nacional, o presidente mostrou dados do crescimento da pós-graduação no Brasil.

Na ocasião, Correia falou sobre as bolsas oferecidas pela Coordenação e a imersão da Universidade de Brasília nessas ações. “Na UnB, há 2.280 bolsas de pós-graduação no País, além das ligadas à formação de professores e relação internacional”, contou.

Além de ser uma das 36 universidades brasileiras selecionadas para participar do PrInt, a UnB recebeu, em 2018, mais de R\$6 milhões em recursos, por meio dos programas PROAP, PROEX, PNPD, PAEP e Programas Estratégicos.

As novidades da avaliação da **CAPES** também foram apresentadas, como o aprimoramento do Qualis e a Avaliação Multidimensional, que incentiva a interação com a indústria e a avaliação de impacto econômico/social e internacionalização.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades

O MEC estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais

O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores – o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) – na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação – e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se

O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma

queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Future-se vai permitir revalidação do diploma de medicina na rede privada, diz secretário do MEC

Segundo Arnaldo Barbosa, MEC quer aproveitar a janela de oportunidade do projeto Future-se para mudar a LDB e permitir que privadas possam validar diplomas.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, afirmou nesta segunda-feira (19) que a mudança na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) incluída na proposta do Future-se vai permitir que universidades particulares possam revalidar diplomas emitidos no exterior de todas as áreas, incluindo medicina.

Future-se vai incluir fundações de apoio além das organizações sociais, diz secretário do MEC

"As nossas regras sempre são universais, então o projeto do Future-se são para todas as áreas, inclusive para medicina", afirmou ele em entrevistas a jornalistas durante o 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação (Jeduca).

Atualmente, a LDB estipula que a competência de revalidar diplomas de ensino superior emitidos por instituições de fora do país é exclusiva das universidades públicas.

No caso dos diplomas de medicina, a validação só ocorre depois que os médicos (brasileiros ou não) formados fora do Brasil conseguem ser aprovados no Revalida, o exame de duas etapas do MEC que avalia as competências e habilidades teóricas e práticas dos candidatos.

Mas a minuta do Future-se, divulgada em 19 de julho, alterou esse artigo da Lei de Diretrizes e Bases para estender a permissão para as instituições particulares.

Segundo o secretário, o MEC "aproveitou uma janela de oportunidade" para fazer essa mudança, que também pode se refletir no Future-se porque, diz, vai permitir a vinda ao Brasil de professores visitantes. Ele ainda afirmou que o processo de revalidação atual nas federais é "bem devagar, é muito complexo, e isso se expressa inclusive no Revalida".

Novo Revalida

Também em julho, o MEC divulgou detalhes sobre o Novo Revalida, uma nova versão da prova, que será transferida do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a Sesu, a secretaria de Arnaldo Barbosa de Lima.

Na época, o MEC enviou ao G1 uma nota afirmando "que o Novo Revalida não retira das universidades públicas a competência exclusiva na revalidação de diplomas de médicos formados no exterior". Agora, o órgão afirmou em nota que essa possibilidade será ampliada para universidades "privadas com alto desempenho".

A proposta de permitir que universidades privadas façam a validação foi criticada pela Associação Médica Brasileira (AMB), que disse que pode recorrer à Justiça contra a medida.

Em nota divulgada em julho, a AMB afirmou que, no caso de estender a permissão para revalidação à rede privada de ensino superior, "quem lucra são apenas os donos de faculdades particulares". A entidade, que participou do grupo de trabalho criado pelo MEC para redesenhar o Revalida, entre maio e julho, disse ainda que "nem o próprio MEC conseguiu justificar tecnicamente a necessidade e os benefícios desse movimento".

O Novo Revalida, segundo a pasta, será aplicado duas vezes ao ano com um sistema de "repescagem", onde os candidatos reprovados apenas na segunda etapa não precisarão refazer a primeira etapa na edição seguinte.

Conversa do século 18

Questionado nesta segunda-feira sobre o motivo pelo qual o MEC incluiu no Future-se - uma proposta para o ensino superior público -- uma mudança referente ao ensino superior privado, Lima, da Sesu, disse que a pasta aproveitou uma janela de oportunidade.

"A gente aproveitou uma janela de oportunidade e o que a gente está discutindo é a complementariedade entre os níveis de ensino e entre o setor público e o privado, pra que a gente possa trazer os professores visitantes internacionais, a gente precisa que esses diplomas sejam revalidados. E é um absurdo que a gente autorize uma universidade a conceder diplomas, a formar os alunos no país, e elas não possam revalidar", afirmou ele.

"A gente está em uma discussão do século 18, o mundo avança no life long learning, o aprendizado contínuo ao longo da vida. É um mundo de certificações, é um mundo de o tempo todo de multidisciplinaridade", continuou.

Perguntado se essa validação já não é feita pelas universidades federais, Lima disse que o processo atual é "muito complexo", inclusive em relação ao Revalida.

"[As federais] fazem [a revalidação] com muito... É bem devagar, é muito complexo, e isso se expressa inclusive no Revalida, que tem muitos brasileiros que foram formados no exterior e não tiveram seu diploma revalidado. Acima de tudo a gente está dando

esperança e sendo justo com as pessoas que se esforçaram para se formar", disse o secretário.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Gestão compartilhada começa hoje em mais 5 escolas. Gisno fica fora
Governador Ibaneis Rocha ressaltou que professores, diretores e servidores que não quiserem participar do modelo podem pedir transferência

A implementação da gestão compartilhada de mais cinco escolas do Distrito Federal começa nesta terça-feira (20/08/2019). A primeira etapa para parceria entre as secretarias de Educação e de Segurança envolve alinhamentos entre as duas pastas. É nessa fase que são passados detalhes, formas, ações e procedimentos a serem adotados pelos integrantes do novo modelo. Só mais para frente a mudança aparecerá nos pátios e salas de aulas dos colégios do DF.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) ressaltou que professores, diretores e servidores que não quiserem participar do modelo podem pedir transferência para outras escolas. "Não vamos forçá-los a trabalhar em modelo nenhum", esclareceu. Até 2022, 40 escolas terão compartilhamento de gestão.

Encontram-se, a partir de agora, as equipes do Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga (CEF 19), do CEF 407 de Samambaia, do CEF 1 do Núcleo Bandeirante e do Centro Educacional 1 do Itapoã (CED 1). "A partir de amanhã [terça-feira] começamos as tratativas com os diretores para viabilizar o modelo. É etapa de reconhecimento. Há todo um processo de adaptação", explica o secretário de Segurança, Anderson Torres.

A mudança é feita em etapas. Depois dos alinhamentos internos que envolvem as alterações administrativas da gestão, agora compartilhada, as novas formas de funcionamento são repassadas aos professores e servidores – como maior rigidez no horário e formação de entrada. Por fim, começa a adaptação junto aos alunos e tem início, de fato, o novo modelo. No CED Condomínio Estância III de Planaltina, as conversas entre as partes estão em andamento.

Secretário exonerado

A rejeição da gestão compartilhada no CEF 407 de Samambaia e no Gisno (Asa Norte) e a decisão do governador Ibaneis Rocha de implementar o modelo mesmo assim abriu um embate dentro e fora do GDF. Na noite desta segunda, o Palácio do Buriti anunciou a exoneração do secretário de Educação, Rafael Parente. Em seu lugar, assumirá o atual secretário de Trabalho, João Pedro Ferraz, ex-procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Ibaneis anunciou ainda que decidiu que manterá a gestão compartilhada no Centro de Ensino Fundamental (CEF) 407 de Samambaia, mas abrirá o debate em relação ao Gisno, na Asa Norte. No último sábado (17/08/2019), as duas unidades rejeitaram, em votação de pais, alunos e professores, o modelo.

Na tarde desta segunda, o governador deu duras declarações contra aqueles que são contrários à militarização das escolas: "Chega de esquerdismos, chega de esquerdopatas... Se quiserem suspender, que vão à Justiça".

Segundo Ibaneis, o processo de consulta vai continuar, mas não é determinante para a adoção do novo modelo. O objetivo dos plebiscitos, de acordo com o governador, é explicar à comunidade o sistema de administração compartilhada entre a Secretaria de Educação e a pasta da Segurança. “Eu não vou deixar a cidade ser aprisionada por uma esquerda que ficou no passado. Teve a oportunidade de governar e não fez nada pela cidade”, completou, em referência às críticas feitas pelo Sindicato dos Professores (Sinpro) e de parte dos deputados da Câmara Legislativa.

Mais segurança

O modelo de gestão compartilhada busca uma educação de excelência para os estudantes da rede distrital, o enfrentamento à violência no ambiente escolar, a promoção da cultura de paz e o pleno exercício da cidadania. A parte pedagógica continua a cargo dos professores, dos diretores e dos orientadores.

A segurança, incluindo a entrada e a saída dos estudantes, fica com a Polícia Militar, que também trabalha no dia-a-dia dos estudantes com conceitos de ética e de cidadania, além de promoverem atividades esportivas e musicais nos chamados contraturnos.

Ibaneis Rocha explicou que estudos do Ministério da Saúde anexados ao projeto apontam altos índices de criminalidade e de usuários de drogas nas regiões dos colégios com determinação de compartilhamento de gestão.

O chefe do Executivo ressaltou que as escolas que iniciaram a gestão dividida no início do ano não registraram novos casos de violência. “Pelo contrário, houve pacificação nessas regiões que eram violentas”, observou. Para ele, consultas locais são necessárias para explicar e desmistificar o projeto e para que pais, professores e toda a comunidade escolar possam conhecer e se familiarizar.

Quatro escolas iniciaram o ano letivo com o novo modelo de gestão: Centro Educacional (CED) 3 de Sobradinho, CED 1 da Estrutural, CED 7 de Ceilândia e CED 308 do Recanto das Emas. O critério de escolha tem como parâmetro o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), assim como ocorrências criminais nas regiões das instituições de ensino. (Com informações da Agência Brasília)

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC analisa novo modelo de distribuição de recursos para universidades

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Lima, defendeu, nesta segunda-feira (19), uma nova distribuição de recursos da União para as universidades federais. Para ele, os índices de desempenho seriam um balizador mais adequado para definir o repasse de verbas.

Arnaldo afirmou que as universidades com os melhores índices de governança, por exemplo, deverão ser premiadas. “A forma de exercer autonomia universitária é prestar contas do subsídio que recebe. Então, quem é que presta contas? É aquele que tem melhor governança. Os indicadores de governança fazem com que a gente tenha mais previsibilidade para que não falem recursos.”

Segundo ele, existem alunos de universidades no Sudeste que custam mais caro que alunos do Nordeste, por exemplo. “Muitas vezes as universidades que se destacam no

índice de governança, ou seja, que fazem melhor planejamento, são as que menos recebem recursos”. O secretário falou no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, o Jeduca, ocorrido em São Paulo.

Ele acrescentou que a mudança será discutida com os reitores. Um dos indicadores será o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU). Outros índices utilizarão a criação de patentes e de empregabilidade. A previsão é que o debate sobre o tema seja aprofundado entre o final deste ano e meados do ano que vem.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

UFRJ teme que MEC nivele setor ‘por baixo’

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) questionou ontem possíveis mudanças nos critérios de distribuição de recursos para universidades federais. “Preocupa que, querendo igualdade, a gente acabe nivelando por baixo”, disse Denise Pires de Carvalho, durante evento em São Paulo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima Junior.

Como o jornal O Estado de S. Paulo revelou, o Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as federais. A ideia é dar mais dinheiro a quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade. Segundo Lima Junior, o gasto por aluno é de R\$ 75 mil na Federal de São Paulo (Unifesp) e na UFRJ – ante R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. “Temos 1,2 mil laboratórios, mais de 30% de cursos (com notas) 6 e 7. Ele quer que o Nordeste chegue (ao gasto da UFRJ)? (Se for isso), estamos de acordo. Se ele quer que a UFRJ diminua, aí não vamos poder ter o mesmo número de laboratórios nem de programas.”

Um dos critérios que o MEC estuda adotar para o desbloqueio de recursos é o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), que Lima Junior classificou como “bastante robusto”. Segundo ele, 86% das universidades têm índices inferiores a 5 nesse levantamento (de 0 a 10). A UFRJ alcançou as piores posições.

“Quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições. (Isso vai ser feito) daqui para frente”, disse o secretário. Segundo Lima Junior, o que se pretende é “criar uma cultura do suor, de não se vitimizar” e premiar quem obteve melhores resultados. “Eu me assustei um pouco com o que foi noticiado. Conheço a empregabilidade dos egressos, somos a primeira em inovação, mas não conheço o relatório do TCU”, disse Denise, que assumiu a reitoria em julho. Ela também levantou dúvidas sobre o que poderá ser considerado empregabilidade.

Procurado, o secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, disse que ainda não sabe oficialmente qual é a proposta e que haverá uma reunião com o secretário do MEC na quinta-feira.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC avalia utilizar desempenho para definir verbas a universidades

Instituições federais seriam avaliadas por critérios como governança, inovação e empregabilidade para definir recursos que receberiam

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Lima, defendeu, nesta segunda-feira 19, uma nova distribuição de recursos da União para as universidades federais. Para ele, os índices de desempenho seriam um balizador mais adequado para definir o repasse de verbas.

Arnaldo afirmou que as universidades com os melhores índices de governança, por exemplo, deverão ser premiadas. "A forma de exercer autonomia universitária é prestar contas do subsídio que recebe. Então, quem é que presta contas? É aquele que tem melhor governança. Os indicadores de governança fazem com que a gente tenha mais previsibilidade para que não falem recursos."

Segundo ele, existem alunos de universidades no Sudeste que custam mais caro que alunos do Nordeste, por exemplo. "Muitas vezes as universidades que se destacam no índice de governança, ou seja, que fazem melhor planejamento, são as que menos recebem recursos". O secretário falou no 3º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, o Jeduca, ocorrido em São Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

UFRJ teme que MEC nivele setor por baixo

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) questionou ontem possíveis mudanças nos critérios de distribuição de recursos para universidades federais. "Preocupa que, querendo igualdade, a gente acabe nivelando por baixo", disse Denise Pires de Carvalho, durante evento em São Paulo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima Junior.

Como o jornal O Estado de S. Paulo revelou, o Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as federais. A ideia é dar mais dinheiro a quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade. Segundo Lima Junior, o gasto por aluno é de R\$ 75 mil na Federal de São Paulo (Unifesp) e na UFRJ - ante R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. "Temos 1,2 mil laboratórios, mais de 30% de cursos (com notas) 6 e 7. Ele quer que o Nordeste chegue (ao gasto da UFRJ)? (Se for isso), estamos de acordo. Se ele quer que a UFRJ diminua, aí não vamos poder ter o mesmo número de laboratórios nem de programas."

Um dos critérios que o MEC estuda adotar para o desbloqueio de recursos é o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), que Lima Junior classificou como "bastante robusto". Segundo ele, 86% das universidades têm índices inferiores a 5 nesse levantamento (de 0 a 10). A UFRJ alcançou as piores posições.

"Quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições. (Isso vai ser feito) daqui para frente", disse o secretário. Segundo Lima Junior, o que se pretende é "criar uma cultura do suor, de não se vitimizar" e premiar quem obteve melhores resultados. "Eu me assustei um pouco com o que foi noticiado. Conheço a empregabilidade dos egressos, somos a primeira em inovação, mas não conheço o relatório do TCU", disse Denise, que assumiu a reitoria em julho. Ela também levantou dúvidas sobre o que poderá ser considerado empregabilidade.

Procurado, o secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, disse que ainda não sabe oficialmente qual é a proposta e que haverá uma reunião com o secretário do MEC na quinta-feira.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Futuro exige homem multidisciplinar para driblar automatismo do algoritmo

É muito raro que algoritmos, sequências de códigos que executam uma função automaticamente, saibam lidar com o que foge ao padrão ou é inesperado. "Existe a chance de que o viés dos algoritmos nos leve a tratar as pessoas de forma injusta", destaca o relatório de tendências 2019 da Fjord, braço da consultoria Accenture. O alerta já tinha sido dado por Cathy O'Neil em 2016, quando ela defendeu em seu livro "Armas de Destruição Matemática" que opiniões e estereótipos costumam estar embutidos nos algoritmos.

Um caso famoso de algoritmo estereotipado foi o reconhecimento facial errôneo do Google Photos, descoberto por Jacky Alcíné em 2015, que reparou que seus amigos negros estavam sendo identificados como "gorilas" em suas fotos. O Google se desculpou, alegando que a tecnologia de etiquetamento de imagens ainda não era perfeita, mas até o ano passado o problema continuava não resolvido e muitas faces negras ainda não são identificadas na plataforma.

Inclusão como solução

Será que se houvesse desenvolvedores ou bases de dados mais diversas, um erro tão terrível como esse teria acontecido? Talvez não. Gustavo Abreu, designer de conteúdo e líder de inclusão e diversidade da Fjord, acredita que uma solução possível é trazer o diferente para dentro dos times. "Não tem como pedir a um homem, branco e hétero ser menos enviesado. Precisamos pensar, ao recrutar ou formar uma equipe, qual é o problema e quem vamos colocar para resolvê-lo", analisa. Segundo Abreu, essa inclusão deve ser além da demográfica (que considera gênero, faixa etária ou classe socioeconômica), abrangendo também a diversidade cognitiva (jeitos de pensar) e experiencial (experiências anteriores).

Diante da pressão pública por mais diversidade nas corporações, grandes empresas como Amazon, Google e Facebook apostaram na indicação de executivos ou equipes dedicadas a garantir a inclusão e diversidade. "É lidando com a diversidade, com a pluralidade cultural, rompendo a matriz colonialista, eurocêntrica, branca e ocidental dos currículos que vamos solucionar questões que não são parte do repertório ocidentalizado das disciplinas", opina Carlota Boto, professora de Filosofia da Educação na USP (Universidade de São Paulo), que vê o surgimento de um movimento contrário à divisão disciplinar do século 18. "Para ser capaz de responder problemas contemporâneos, vivemos um movimento de entrelaçamento das diferentes áreas", explica, apontando que a capacidade interdisciplinar passará a ser cada vez mais desejada pelo mercado de trabalho.

Só a tecnologia não vai dar conta

Mais do que colocar um app na rua, desenvolvedores estão sendo pressionados a pensar nos impactos que suas inovações vão trazer. Em apresentação no festival SXSW, Jesus Ramos, especialista em aprendizado de máquina, comentou sobre o dilema que enfrentou ao publicar o app Revisa Mi Grieta, capaz de identificar se uma trinca em um edifício apontava danos na estrutura. "Um falso positivo levaria uma família a buscar assistência sem necessidade, enquanto um falso negativo poderia manter pessoas em um edifício condenado", resumiu. A experiência fez com que ele detectasse a necessidade de incluir nos processos profissionais de outras áreas ou disciplinas. "Nosso time hoje conta não apenas com matemáticos e programadores, mas também engenheiros e filósofos", ressaltou.

As inovações futuras também precisarão de perfis diversos trabalhando juntos em prol de uma solução, como é o caso da impressão 4D, que cria materiais capazes de se transformar em outros formatos. Os grupos de estudo da área costumam reunir profissionais de diversas áreas, conforme o material que tentam transformar. "Mesclamos engenharia de materiais, ciência da computação, design e práticas artísticas. Os profissionais que atuam conosco são multifacetados, com conhecimento da sua área de especialidade, mas também sabendo se comunicar no idioma de outros campos", detalhou Lining Yao, da Universidade Carnegie Mellon, uma das pioneiras da impressão 4D no mundo.

No fim das contas, não é como se todos os profissionais fossem precisar se tornar programadores ou engenheiros de materiais, mas será preciso estar aberto a interagir e compreender as recomendações dos profissionais de diferentes especialidades, como a moda e a gastronomia. "A parte mais difícil é conseguir um bom equilíbrio entre a profundidade e amplitude desse conhecimento", complementa Yao.

O fim do top-down

Reunir gente tão diferente em uma mesma sala em busca de soluções é uma tarefa que precisa de habilidade na gestão das diversidades. "Haverá cada vez menos espaço para individualismos, porque as competências técnicas deixam de ser predominantes, dando lugar à sabedoria dos grupos multidisciplinares com colaboração e apoio mútuo", analisa Glaucy Bocci, diretora de talentos da consultoria Willis Towers Watson.

Em uma configuração que aposta mais em habilidades como empatia e a gestão saudável de conflitos, caem por terra os achismos ou as famosas decisões "top-down", quando um executivo de alto nível hierárquico cascadeia uma determinada solução. Essa é uma das razões para popularização das metodologias ágeis, que auxiliam no processo de colaboração e sinergia entre equipes. "Para abrir espaço para ouvir vozes diferentes, os métodos ágeis usam mapas de empatia, que ajudam a captar a necessidade dos envolvidos e traduzir isso em um sistema que tenha mais sucesso", sintetiza Anderson Mendes, diretor da consultoria BRQ e especialista em metodologias ágeis.

Novos jeitos de aprender e de ensinar

As necessidades do mercado de trabalho vão respingar lá na educação básica, que hoje tem como principal mensagem o investimento em conhecimento mais amplo e diverso. "Claro que vamos precisar de experts no futuro, mas a especialidade deles precisará ser construída em um molde mais amplo", explica Marjo Kyllönen, secretária de educação da cidade de Helsinque, na Finlândia. Especialista em educação para o futuro, Kyllönen defende que o conhecimento de hoje não vai dar conta das capciosas situações da

atualidade, o que vai exigir que pensemos de forma mais ampla para resolver nossos problemas.

De olho nessa tendência, algumas escolas já estão implementando formatos pedagógicos multidisciplinares, voltados para a resolução de problemas. É o que acontece na escola Concept, onde os alunos aprendem conteúdos curriculares como ciências, matemática, história, inglês, arte e música em um projeto que acontece durante o ano letivo. "Essa interdisciplinaridade ajuda a costurar os conhecimentos e aplicá-los nos ambientes em que as crianças circulam", explica a diretora, Priscila Torres. A intenção é que a colaboração e a mistura das disciplinas não seja um evento inusitado no calendário escolar, mas faça parte da cultura do aprendizado.

Quem já surfa essa onda há algum tempo são os professores da educação básica, que já têm defendido - e trabalhado sob - a bandeira da multidisciplinaridade. "Já temos projetos de pesquisa em áreas fronteiriças, então a minha impressão é que os educadores já estão transitando por esse universo, é uma tendência na formação dos professores", aponta Carlota Boto, da USP. O próximo passo, segundo ela, seria chegarmos a uma transdisciplinaridade, quando passaríamos a compreender o mundo através de uma totalidade de experiências, sem estabelecer fronteiras entre os diferentes campos do conhecimento. "E não apenas para resolver problemas, mas para pensar a realidade através de uma nova lente", vislumbra a professora.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

UFRJ teme que MEC nivele setor por baixo

Giovana Girardi, Isabela Palhares e Júlia Marques

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) questionou ontem possíveis mudanças nos critérios de distribuição de recursos para universidades federais. "Preocupa que, querendo igualdade, a gente acabe nivelando por baixo", disse Denise Pires de Carvalho, durante evento em São Paulo com o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima Junior.

Como o jornal O Estado de S. Paulo revelou, o Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as federais. A ideia é dar mais dinheiro a quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade. Segundo Lima Junior, o gasto por aluno é de R\$ 75 mil na Federal de São Paulo (Unifesp) e na UFRJ - ante R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. "Temos 1,2 mil laboratórios, mais de 30% de cursos (com notas) 6 e 7. Ele quer que o Nordeste chegue (ao gasto da UFRJ)? (Se for isso), estamos de acordo. Se ele quer que a UFRJ diminua, aí não vamos poder ter o mesmo número de laboratórios nem de programas."

Um dos critérios que o MEC estuda adotar para o desbloqueio de recursos é o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), que Lima Junior classificou como "bastante robusto". Segundo ele, 86% das universidades têm índices inferiores a 5 nesse levantamento (de 0 a 10). A UFRJ alcançou as piores posições.

"Quanto maior for o índice de governança, maior será a parte destinada a essas instituições. (Isso vai ser feito) daqui para frente", disse o secretário. Segundo Lima Junior, o que se pretende é "criar uma cultura do suor, de não se vitimizar" e premiar quem obteve melhores resultados. "Eu me assustei um pouco com o que foi noticiado.

Conheço a empregabilidade dos egressos, somos a primeira em inovação, mas não conheço o relatório do TCU", disse Denise, que assumiu a reitoria em julho. Ela também levantou dúvidas sobre o que poderá ser considerado empregabilidade.

Procurado, o secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, disse que ainda não sabe oficialmente qual é a proposta e que haverá uma reunião com o secretário do MEC na quinta-feira.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um 'kit' único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção.

A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o 'kit' que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

"A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o 'kit', entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo". Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos 'kits'. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. "Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas", explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse 'kit' não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O 'kit' identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do 'kit' sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. "Em menos de cinco dias". A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser

usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Justiça federal suspende aulas e novas matrículas em seis faculdades privadas de MT

As entidades privadas de ensino superior não têm cadastro junto ao Ministério da Educação (MEC).

A Justiça federal de Mato Grosso determinou a suspensão de aulas e abertura de vagas em seis instituições de ensino superior localizadas em Confresa e Vila Rica, até que as entidades privadas de ensino superior realizem o cadastro no Ministério da Educação (MEC).

As instituições condenadas são Colégio Universal – Centro Educacional Keiliane Spagnol, Colégio Kairos e Uninacional – Centro Educacional Ponto de Mutação Ltda, Colégio Renascer Ltda, IBPOS – Instituto Brasileiro de Graduação e Pós-Graduação, Ibtcoaching – Instituto Brasileiro de Coaching Treinamento e Cursos, Favap – Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga, Fundação Acácio Martins da Costa, União Educacional Nossa Senhora de Fátima - Unifaculdades, bem como Maria Delma Sá de Alencar, coordenadora e representante da Favap, colégios Universal, Kairos, Renascer e Uninacional.

O G1 tentou localizar a defesa de cada uma das instituições, mas não conseguiu contato.

O Ministério Público Federal (MPF) de Barra do Garças, a 516 km de Cuiabá, instaurou inquérito civil e ingressou com pedido de liminar para que a Justiça determinasse a suspensão.

Uma das faculdades, a Facel, sediada em Curitiba/PR, está cadastrada como Instituição de Ensino Superior (IES) junto ao MEC tanto no formato presencial como formato Ensino à Distância (EAD). Porém, em conformidade com a legislação vigente, a instituição não tem autorização para ofertar cursos de ensino superior nos municípios de Mato Grosso por não possuir nenhum polo ou campus regularmente cadastrado junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

A Favap não possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para oferecimento do curso de mestrado stricto sensu em Mato Grosso e também não possui autorização para ofertar curso na modalidade EAD.

Conforme a decisão, as instituições devem cessar a divulgação de todo e qualquer anúncio publicitário oferecendo curso superior, mestrado e outros cursos não autorizados pelo MEC, bem como suspender as atividades referentes aos cursos, interrompendo inclusive a realização de matrículas e rematrículas nos municípios de Confresa e Vila Rica.

A Justiça Federal determinou ainda a indisponibilidade de ativos imóveis e veículos em nome dos representantes das instituições de ensino por meio do Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e do sistema Renajud até o montante de R\$ 2 milhões por réu para o fim de ressarcir os prejuízos causados aos consumidores lesados.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Em defesa da Finep - meio século de apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais

O “Ato em Defesa da Finep” foi promovido pela presidência do Clube de Engenharia e reuniu nove ex-presidentes da instituição, além de diferentes figuras proeminentes no cenário nacional que têm se colocado ao lado de seu fortalecimento

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), instituição pública federal de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação, teve sua história, desafios e importância defendidos em evento no Clube de Engenharia no dia 15 de agosto. O “Ato em Defesa da FINEP” foi promovido pela presidência do Clube e reuniu nove ex-presidentes da instituição, além de diferentes figuras proeminentes no cenário nacional que têm se colocado ao lado de seu fortalecimento. Com auditório lotado, a mensagem geral foi a necessidade de se levar à sociedade brasileira a essencialidade da FINEP como um dos pilares da soberania nacional e a importância de frear o crescente e constante corte de recursos para seu funcionamento. Participaram Alexandre Henriques Leal, Gerson Ferreira Filho, João Luiz Coutinho de Faria, Sérgio Machado Rezende, Luis Manuel Rebelo Fernandes, Odilon Marcuzo do Canto, Wanderley de Souza e, por mensagem, Mauro Marcondes Rodrigues.

“O Clube de Engenharia recebe hoje ex-presidentes que construíram uma instituição que é referência na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e que foi construída por gerações de brasileiros”, disse Pedro Celestino na abertura do evento. “É uma instituição de Estado, que possibilitou a construção de uma das maiores economias do mundo”, lembrou. “E essa instituição está ameaçada de extinção”, criticou ele, lembrando que se trata de um desmonte que já vem acontecendo desde 2015. Em seguida, leu mensagem de Mauro Marcondes Rodrigues, presidente da FINEP entre 1999 e 2002, na qual o ex-presidente salienta o papel histórico da instituição em apoiar as universidades brasileiras e formar a comunidade científica nacional.

Alexandre Henriques Leal, vice-presidente da FINEP em 1971, enfatizou o papel basilar da instituição para o desenvolvimento da Educação e da Ciência brasileira enquanto projetos de longo prazo. “A criação da FINEP foi no governo Castelo Branco. Ela sucede um fundo [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –

FNDCT] que era de financiamento de estudo e projeto, e o discurso da época era que não havia investimento porque não havia projeto”. Leal lembrou que a FINEP foi criada em 1967 e só se consolidou porque, na década do chamado “milagre econômico”, havia a diretriz de se realizar investimentos internos. Destacou, ainda, os desafios dos primeiros anos da instituição e o papel protagonista do Estado em gerenciá-la.

Primeiro funcionário de carreira a se tornar presidente da FINEP, Gerson Edson Ferreira Filho, à frente da instituição entre 1980 e 1983, contou “façanhas” que consolidaram a financiadora na história da Ciência nacional. Uma delas foi um projeto da Universidade Federal de Viçosa junto à Embrapa para se criar uma variedade de soja resistente a pragas e fácil de colher que possibilitaria que o Brasil se tornasse, hoje, um produtor de toneladas desse grão. “A FINEP sempre financiou muita coisa. Mas houve um momento em que havia mais planejamento, que resultava em mais projetos. E hoje nosso país sente falta desse processo. Isso faz com que a FINEP seja cada vez mais necessária, inclusive reativando as linhas de crédito para projetos de engenharia”, afirmou Ferreira Filho. “O que a FINEP faz é principalmente ajudar o Brasil a acumular conhecimento. E é acumulando conhecimento que podemos ter um país que seja dono do próprio nariz”, defendeu.

João Luiz Coutinho de Faria, presidente da instituição no final dos anos 1980, afirmou que fez parte da financiadora no momento em que ela mais se voltou ao desenvolvimento tecnológico e apoio às empresas nacionais. “Nós só seremos um país importante com a produção industrial e a exportação que a gente faz”, disse, fazendo coro ao dito por Ferreira Filho.

“É triste o motivo pelo qual o Clube de Engenharia está fazendo este evento, mas é muito importante que ele esteja sendo feito”, reconheceu Sérgio Machado Rezende, presidente entre 2003 e 2005 e ex-ministro de Ciência e Tecnologia. Ele enfatizou o papel único que a FINEP exerce no país em defesa da soberania: “Não existe, no mundo, uma entidade que ao mesmo tempo apoia a comunidade acadêmica, os institutos de pesquisa e universidades, e apoia projetos nas empresas. É uma característica fenomenal para um país em que ainda não temos uma cultura de Ciência e Tecnologia, na sociedade e nas empresas”, disse.

Buscando olhar para o futuro, Luis Manuel Rebelo Fernandes, presidente da FINEP em 2015, trouxe razões para se pensar o papel da instituição como aliada dos desafios que o Brasil tem e terá em breve. “A FINEP é insubstituível para um país que quer se desenvolver e enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento, sobretudo com o advento dos novos padrões produtivos e tecnológicos que estamos assistindo no século XXI. É insubstituível porque é uma experiência única no mundo, como Sérgio acabou de dizer, que consegue combinar ação de crédito subvencionado conforme o interesse nacional, investimento não-reembolsável em infraestrutura das instituições de pesquisa do país e subvenção para as empresas nacionais”, afirmou. “São variadas formas de apoio que podem ser integradas para viabilizar programas mobilizadores do desenvolvimento e geradores do futuro do país. Se ela for estrangulada, o país perde”, salientou. “[Hoje] não há mais projeto nacional ao qual a FINEP pode servir”, continuou. “Mas há projeto antinacional em curso, de destruição das bases da economia nacional. A crise não está só na FINEP: a crise está se instalando sobre todo o sistema nacional de Ciência e Tecnologia”, citando o desmonte também da CAPES e do CNPq e enfatizando a importância da sensibilização de todos os setores da sociedade a respeito

do tema, inclusive do Congresso Nacional.

Odilon Marcuzo do Canto lembrou que, entre 2005 e 2007, quando esteve à frente da FINEP, o período era de crescimento de orçamento e projetos. Ele lembrou da importância do corpo técnico que faz parte da instituição: “Quero apresentar o reconhecimento aos funcionários da FINEP. Importante salientar que esse núcleo, esse cerne, é que tem dado a possibilidade de a FINEP fazer o que tem feito”, conclamou. Também lembrando a importância de mobilizar o Congresso Nacional, concluiu: “O momento é de juntar forças”.

“Eu sou fruto da FINEP”, disse Wanderley de Souza, presidente da financiadora entre 2015 e 2016, e criticou o contingenciamento de recurso de fundos setoriais, inclusive os que possibilitam o trabalho da FINEP. “É um processo que vem há bastante tempo e hoje chega a uma situação que é absolutamente insustentável”, lamentou. Souza fez críticas ao programa “Future-se”, do Governo Federal, e lembrou a grande mobilização nacional liderada por estudantes de graduação e pós-graduação em defesa da educação pública de qualidade.

Clube de Engenharia

topo ↕

METRO-DF - TEMPO REAL

MEC terá novos critérios para escolher pesquisas que ganharão bolsa Prioridade ao Doutorado, às áreas de exatas e saúde e regiões com menor IDH são destaque

O Ministério da Educação pretende mudar seus critérios e mecanismo de escolha para concessão de bolsas de mestrado e doutorado. Além de priorizar áreas ditas "estratégicas" do conhecimento, o novo modelo ainda vai dar preferência às bolsas de doutorado e privilegiar cursos em regiões de menor IDH no país.

As informações foram antecipadas ao jornal O Estado de S. Paulo pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **Anderson Correia**. A **Capes** é um dos principais órgãos de financiamento de pesquisa do Brasil, e está sob alçada do MEC.

O chefe da pasta da educação, Abraham Weintraub, já havia falado em novos critérios para selecionar pesquisas e Universidades para concessão de bolsa. O sistema será de fato anunciado no mês de Setembro, mas já é possível delinear as pretensões do ministério.

Anderson Correia afirmou que o IDH de cada região será levado em conta, já que a **Capes** tem "função social de desenvolvimento das regiões". Como tentativa de reduzir a desigualdade entre os Estados, as unidades instaladas em regiões mais carentes teriam maior peso na escolha.

"Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará", afirmou Correia.

As notas de desempenho recebidas por cada curso também seriam ponderadas. A **Capes** avalia com conceitos de 1 a 7 cada um dos cursos, impedindo o funcionamento dos que obtiverem notas 1 ou 2. Aqueles que recebessem notas muito

reduzidas ao longo dos anos poderiam até mesmo deixar de receber bolsas, por tempo indefinido.

Ainda, o foco do governo federal estará nas pesquisas de doutorado. A justificativa é de que o mestrado "dificilmente gera descoberta que chame a atenção internacional", e, portanto, teriam detrimento em favor do impulsionamento do doutorado.

Atualmente, para chegar ao nível de doutorado, é necessário passar pelo mestrado. Ainda, há cursos e Universidades que oferecem apenas o primeiro nível de pós-graduação.

Por último, a área do conhecimento e o teor da pesquisa serão levados em conta na hora de conceder, ou não, uma bolsa. As áreas sinalizadas como "estratégicas" para Jair Bolsonaro (no ramo da Saúde ou Engenharia) teriam prioridade, enquanto cursos de "humanas puras" – termo utilizado por **Anderson Correia** –, como Filosofia e Ciências Sociais, seriam deixadas de lado.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O país atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016, com 0,92, número referente ao ano inteiro

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O país atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o país esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem trabalhado em pesquisas com impacto científico.

O país atingiu o resultado atual logo após o contingenciamento de recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o próprio MEC.

“A expectativa é de que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics, utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, avalia: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

topo ↕

O DIA - PI - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

UFPI anuncia bloqueio de bolsas CNPq da pós-graduação

Em comunicado oficial, Universidade Federal disse que foi surpreendida pela decisão do CNPq sobre a suspensão de bolsas.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) comunicou nesta segunda-feira (19) o bloqueio de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito da pós-graduação. A instituição federal de ensino afirmou ter sido surpreendida pela decisão do CNPq sobre a suspensão de indicação de bolsistas, na última quinta-feira (15).

Segundo a Pró-Reitoria, foi constatado que a implantação das bolsas se encontra bloqueada na plataforma do CNPq. "Em contato por telefone com a Coordenação do Programa Institucional de Bolsas do Iniciação Científica do CNPq, foi informado que as bolsas dos Programas PIBIC, PIBIC Ações Afirmativas, PIBITI e PIBIC Ensino Médio, devidamente implantadas, inclusive com o aceite do bolsista serão mantidas, com pagamento assegurado para o mês de agosto/19, enquanto as demais ficarão suspensas, por falta de dotação de recursos desta conceituada agência de fomento", informou em nota.

Para a pró-reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI, Regina Gomes, a decisão é preocupante, uma vez que os alunos da instituição dependem das bolsas para continuarem desenvolvendo pesquisas. Segundo ela, até o momento, mais de 70 bolsas já foram cortadas pelo Governo Federal, somente este ano. "Estamos preocupados com tudo isso porque temos alunos carentes que não têm condição de ter a dedicação exclusiva que precisamos para desenvolver a pós-graduação", afirmou.

Além disso, as bolsas destinadas para os novos programas de pós-graduação, criados após a avaliação quadrienal da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, realizada pela última vez em 2017, só poderão ter recursos a partir do próximo ano.

De acordo com a pró-reitora, um grupo de trabalho da **Capes** está criando um algoritmo para definir a quantidade de bolsas destinadas aos programas. Entre os critérios que poderão ser considerados para a concessão de novas bolsas estão o IDH nos municípios onde estão os programas, a nota do programa e a importância do resultado das pesquisas. "Nós ainda não tivemos uma comunicação oficial em relação a isso, estamos aguardando porque a reunião ainda está ocorrendo", frisa.

O reitor da UFPI, Arimateia Dantas, afirma que os cortes anunciados terão um impacto forte na pesquisa e na pós-graduação da universidade e irão dificultar, ainda mais, o avanço das pesquisas. "Vai ficar difícil a gente avançar na pesquisa e na pós-graduação numa universidade como a nossa, num estado como um nosso, em que o estudante para desenvolver a pesquisa precisa daquela bolsa para sobreviver, para poder realizar suas tarefas", lamenta.

[topo](#)

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um 'kit' único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o

projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da **Capes**, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

POLÊMICA PARAÍBA-PB - TEMPO REAL

MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao Estado o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores – o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) – na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Leia Também: Conheça os benefícios da Educação Maker

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz

detalhes sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação – e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se. O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

Cálculo inclui notas e número de alunos

A distribuição de verbas entre universidades federais é feita com base em um cálculo que inclui indicadores como o número de estudantes e a qualidade acadêmica. Esse cálculo resulta na Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), que determina o valor repassado a cada universidade.

Nesse cálculo, a quantidade de alunos matriculados é o fator que tem mais peso. O Ministério da Educação leva em conta informações como número de matrículas, estudantes formados, evasão escolar e o tipo de curso para calcular o número de “alunos equivalentes” de uma universidade.

O ministério considera que cursos com maior número de laboratórios e uso de equipamentos caros devem receber mais recursos, e inclui essa diferença ao contabilizar os “alunos equivalentes” de cada instituição. Esse índice corresponde a 90% do valor da Matriz OCC de uma universidade.

O outro indicador é a Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC), que tem peso de 10% na matriz. Nesse cálculo, são utilizadas as notas dos cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e os conceitos dos

curso de pós-graduação, avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC.

Para especialistas, critério contraria papel das federais

A intenção de incluir critérios como governabilidade, inovação e empregabilidade para definir a distribuição de recursos entre universidades federais foi criticada por especialistas em educação – mesmo contrários às atuais regras.

O professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), disse que o caminho apontado pelo Ministério da Educação (MEC) para substituir o sistema atual soa utilitarista. “Isso me parece preocupante, do ponto de vista de que podemos estar indo para um critério de utilitarismo igual ao que existe hoje, ou talvez até mais acentuado”, disse Machado.

Já o especialista em ensino superior Leandro Tessler, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que os critérios têm mais relação com o ensino tecnológico e vocacional do que com o papel das federais. “Desde quando a finalidade da universidade pública é inovação e empregabilidade? As universidades públicas são lugares onde se faz pesquisa”, diz Tessler. “Ele está trazendo uma cultura das instituições privadas, e não vai dar certo.”

topo ↕

PORTAL MÍDIA URBANA - TEMPO REAL

Governo Federal mudará critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado

O Governo Federal mudará o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país. O novo sistema levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos.

A seleção de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo, os quatro quesitos terão um peso específico. A prioridade será dada a cursos como Engenharia e Saúde. A **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do país, para o Governo, uma vez que ela tem função social e de desenvolvimento das regiões, o foco será investir dessa forma.

Também serão concentrados esforços no doutorado, já que segundo o Governo apresenta maior impacto científico. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar até 2024, 25 mil doutores por ano no País. Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil, para mestrado a R\$ 2,2 mil, para doutorado. O valor considerado baixo para especialistas, poderá ser reajustado de acordo com a **Capes**, se houver folga fiscal nos próximos anos.

topo ↕

PRIMEIRA HORA - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo.

É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico.

Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições.

O País atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o Ministério da Educação (MEC).

A gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, observa: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cortes de despesas na UFU são avaliados por professora e aluno que projetam reflexos negativos

Universidade anunciou mudanças que passam a valer na próxima semana. Pró-reitor disse que maiores reflexos podem ser sentidos no ano que vem. Veja o que será afetado.

Depois que a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) anunciou a suspensão de alguns serviços para conter gastos, a reportagem do MG1 foi ao campus Santa Mônica ouvir a opinião de integrantes da comunidade acadêmica sobre os reflexos.

O pró-reitor de Planejamento e Administração, Darizon Alves de Andrade, também explicou sobre a crise enfrentada e as consequências práticas dos cortes (veja abaixo).

Segundo a professora e coordenadora do escritório de Assistência Jurídica Popular da Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, Neiva Flávia de Oliveira, os serviços terceirizados que serão prejudicados fazem parte das demandas básicas do dia a dia da universidade.

"Tirar os terceirizados, como nas áreas de limpeza, segurança e transporte, é fechar as portas do funcionamento de diversos setores essenciais da UFU, prejuízo para estudantes, professores e comunidade."

Na UFU, o contingenciamento de recursos chega a quase R\$ 40,5 milhões. Serviços

básicos, estrutura, pessoal, pesquisa científica e bolsas serão afetados (veja lista abaixo).

No final de abril, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou parte dos recursos de 63 universidades e 38 institutos federais. Segundo o governo federal, a medida foi tomada porque a arrecadação está menor do que o previsto. Até agora, na UFU, o corte não tinha afetado diretamente os alunos.

No entanto, para a professora, não há como a academia evitar as consequências do corte. “No nosso caso, por exemplo, prestamos serviços jurídicos gratuitos há 50 anos e atendemos mais de 100 pessoas por semana. Agora, sem os terceirizados, estamos em sério risco para continuar atuando pela comunidade”, acrescentou.

Deslocamento

Uma das alterações que afetam diretamente os estudantes é o deslocamento. Isso porque estão confirmadas a interrupção do serviço de transporte “Intercampi” intermunicipal e a redução do serviço de transporte “Intercampi” entre campus da mesma cidade em 70%. As medidas entram em vigor na próxima semana.

Sobre isso, o estudante de Odontologia, João Victor Soares Pimentel, que utiliza o serviço, disse que boa parte dos alunos terá dificuldade para estudar. “Alguns cursos dependem do deslocamento entre diferentes campi. Alguns alunos moram longe e precisam deste transporte.”

Segundo ele, estes alunos não têm condição de gastar com transporte diário. “Imagina se tiverem que gastar com transporte por aplicativo, por exemplo? É completamente inviável”, questionou.

Novos horários

Foi informado pela universidade os novos horários disponíveis, a partir do dia 26 de agosto, do transporte Intercampi. Confira:

Santa Mônica para Umuarama - 12h30 (dois ônibus)

Umuarama para Santa Mônica - 12h30 (dois ônibus)

Santa Mônica para Glória - 6h30 (um ônibus)

Santa Mônica para Glória - 7h30 (um ônibus)

Glória pra Santa Mônica - 18h30 (dois ônibus)

Umuarama para o Glória - 6h30 (um ônibus)

Glória para Umuarama - 18h30 (um ônibus)

Reitoria

O pró-reitor de Planejamento e Administração, Darizon Alves de Andrade, justificou os motivos e informou que a universidade está fazendo o possível para que os cortes não afetem as salas de aula.

“Se a situação não melhorar, as consequências podem ser sentidas no ano que vem, como fechamento de serviços básicos e risco de não encerrar o semestre”, afirmou.

Prejuízos

A UFU confirmou também a suspensão temporária de 100% do contrato de lanches e a redução do quadro de estagiários em 60% do quadro hoje existente.

As medidas também afetarão os programas de bolsas. De acordo com a UFU, será temporariamente suspensa a implementação do "Programa Bolsas de Graduação - PBG" com início originalmente previsto para setembro 2019.

Também foi confirmada a suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica relativas a contrapartida da UFU para com a Fapemig a partir de setembro/2019.

Um programa com duzentas bolsas de graduação foi adiado até que haja sinalização de retomada de recursos pelo governo federal.

Veja lista das medidas divulgada pela reitoria

1. Redução em 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra; (cerca de 1.000 novos desempregados diretos);
2. Suspensão temporária de contratos de prestação de serviços por demanda tais como: serralheria, pintura, forros e dry wall, pisos, vidraçaria, persianas, divisórias, vidros, chaveiros e outros;
3. Interrupção do Serviço de transporte "Intercampi" intermunicipal;
4. Redução do Serviço de transporte "Intercampi" entre campus da mesma cidade, em 70% em relação ao serviço oferecido atualmente;
5. Suspensão de viagens de ônibus/carros a destinos cuja distância de Uberlândia seja superior a 500 Km;
6. Suspensão imediata do pagamento de subsídio do quilômetro rodado por parte da PROPLAD;
7. Suspensão temporária de 100% (cem por cento) do contrato de lanches;
8. Redução do quadro de estagiários em 60% (sessenta por cento) do quadro hoje existente;
9. Suspensão temporária da implementação do "Programa Bolsas de Graduação - PBG" com início originalmente previsto para setembro 2019;
10. Suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica relativas a contrapartida da UFU para com a Fapemig a partir de setembro/2019.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais

O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores – o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) – na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as

universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação – e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se

O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.